



**Centro Universitário de Brasília - UniCEUB**  
**Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais**  
**FAJS Curso de DIREITO - CD**

**ANA CAROLINA FALCÃO HABIBE**

**O CONCUBINATO ADULTERINO E AS ENTIDADES FAMILIARES: A  
NECESSIDADE DE RATEIO DE PENSÃO POR MORTE PREVIDENCIÁRIA  
ENTRE VIÚVO(A) E CONCUBINO(A)**

**BRASÍLIA**

**2018**

**ANA CAROLINA FALCÃO HABIBE**

**O CONCUBINATO ADULTERINO E AS ENTIDADES FAMILIARES: A  
NECESSIDADE DE RATEIO DE PENSÃO POR MORTE PREVIDENCIÁRIA  
ENTRE VIÚVO(A) E CONCUBINO(A)**

Trabalho apresentado ao Centro  
Universitário de Brasília (UniCEUB) como  
requisito para conclusão do curso de  
bacharelado em Direito.

Orientadora: Prof. Thais Maria Riedel de  
Resende Zuba

**BRASÍLIA**

**2018**

**ANA CAROLINA FALCÃO HABIBE**

**O CONCUBINATO ADULTERINO E AS ENTIDADES FAMILIARES: A  
NECESSIDADE DE RATEIO DE PENSÃO POR MORTE PREVIDENCIÁRIA  
ENTRE VIÚVO(A) E CONCUBINO(A)**

Trabalho apresentado ao Centro  
Universitário de Brasília (UniCEUB) como  
requisito para conclusão do curso de  
bacharelado em Direito.

Orientadora: Professora Thais Maria  
Riedel de Resende Zuba

Brasília, de de 2018.

---

Prof. Thais Maria Riedel de Resende Zuba  
Orientadora

---

Professor(a) Examinador(a)

---

Professor(a) Examinador(a)

## RESUMO

Com a evolução da sociedade para além dos limites da família baseada nas uniões tradicionais monogâmicas, surgem novos fatos jurídicos que merecem apreciação pelo Direito. O presente trabalho acadêmico visa estudar um tema que atualmente vem gerando grande controvérsia no Direito Previdenciário brasileiro: a possibilidade ou não de divisão da pensão por morte entre viúvo(a) e concubino(a). Este estudo é pautado em uma visão plural de família, tendo como escopo demonstrar a natureza familiar do concubinato adulterino e a necessidade de chancela jurídica aos direitos do(a) concubino(a) no âmbito previdenciário. Com base em metodologia descritiva, abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica, discute-se qual seria o verdadeiro intuito da legislação e da jurisprudência ao conceder ou não a divisão da pensão por morte previdenciária entre viúva e concubina, questionando principalmente o entendimento de não ser o concubinato impuro considerado uma entidade familiar apta a garantir os direitos previstos pela lei aos dependentes econômicos de pensão por morte previdenciária. Aqui se apresentam desde os conceitos mais elementares sobre a Seguridade Social, como Saúde, Assistência e Previdência Social, passando por uma abordagem sobre os aspectos específicos da pensão por morte, até finalmente caracterizar-se o entendimento jurisprudencial e doutrinário dominante acerca do rateio da pensão por morte.

**Palavras-chave:** Concubinato adulterino. Direito Previdenciário. Pensão por morte. Dependentes. Seguridade social.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1 A SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL.....</b>	<b>9</b>
1.1 Conceito e evolução histórica.....	9
1.2 Caracterização do Sistema da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988 .....	11
1.2.1 Saúde.....	11
1.2.2 Assistência Social .....	12
1.2.3 Previdência Social.....	15
1.2.3.1 Conceito .....	15
1.2.3.2 Planos previdenciários brasileiros .....	16
1.2.3.3 Filiação e inscrição.....	18
1.2.3.4 Qualidade de segurado .....	20
1.2.3.5 Beneficiários da Previdência Social .....	20
1.2.3.5.1 Segurados obrigatórios .....	21
1.2.3.5.2 Segurados facultativos .....	25
1.2.3.5.3 Dependentes .....	26
1.2.3.6 Período de carência .....	28
1.2.3.7 Salário de benefício.....	29
1.2.3.8 Benefícios da Previdência Social .....	30
<b>2 DA PENSÃO POR MORTE .....</b>	<b>32</b>
2.1 Conceito .....	32
2.2 Requisitos.....	32
2.3 Período de carência .....	34
2.4 Durações do benefício .....	35
2.5 Beneficiários.....	37
2.5.1 Cônjuges e companheiros(as).....	38
2.5.1.1 Cônjuge e companheiro(a) separado ou divorciado que não recebe alimentos .....	39
2.5.1.2 Cônjuge e companheiro(a) separado ou divorciado que recebe alimentos...41	
2.5.2 Filhos.....	43
2.5.3 Equiparados a filhos.....	44
2.5.4 Pais .....	44

2.5.5 Irmãos .....	45
2.5.6 Concubino(a).....	47
<b>3 A PENSÃO POR MORTE E O CONCUBINATO .....</b>	<b>48</b>
3.1 Conceito de família à luz da legislação civil .....	48
3.2 Conceito de família à luz da legislação previdenciária .....	48
3.3 Concubinato – conceito e classificação.....	49
3.4 O direito à pensão do(a) concubino(a) impuro na prática: os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais.....	50
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>65</b>

## INTRODUÇÃO

Os relacionamentos paralelos têm se mostrado cada vez mais presentes nos debates judiciais e a discussão sobre a possibilidade de o(a) concubino(a) ter o status de beneficiário da Previdência na qualidade de dependente é enorme. Em uma sociedade em constante mudança, a concomitância de parceiros já é vista com menor rigor, fazendo-se necessário discutir caso a caso os direitos e obrigações advindos destas relações. Desta feita, o presente trabalho monográfico tratará a respeito da possibilidade de rateio da pensão por morte entre viúvo(a) e concubino(a) a partir de um estudo doutrinário e jurisprudencial.

A importância do tema mostra-se justamente diante da ampliação do conceito de família ao considerar que, mesmo paralelo ao casamento, o concubinato também pode caracterizar-se como uma união estável, não podendo ser desconsiderado por nosso ordenamento jurídico.

Justifica-se a realização deste estudo ante a relevância social da matéria, uma vez que, como mencionado, tem gerado debates nos tribunais país afora. As celeumas judiciais dividem-se em conceder ou não direitos previdenciários e efeitos patrimoniais ao concubinato adulterino, mesmo que este se mostre verdadeira união e comprometimento de vários anos. O assunto é tão importante que aguarda julgamento em sede de repercussão geral junto ao Supremo Tribunal Federal, o que demonstra que a questão suscitada ultrapassa os interesses subjetivos das causas, alcançando também o interesse de toda a coletividade.

Inicialmente, serão abordados os fundamentos mais básicos da Seguridade Social no Brasil, caracterizando-se a evolução histórica do sistema e sua delimitação na Constituição Federal de 1988. Será feita uma análise pormenorizada da Previdência Social brasileira, delimitando seu conceito, os planos e os benefícios previdenciários que a compõem e os tipos de segurados aptos a receber tais benefícios, não se olvidando de elencar os dependentes elencados pela lei que possuem direito a determinados benefícios.

Em um segundo momento, será caracterizada a pensão por morte em si, tratando-se de seu conceito, período de carência necessário para fazer jus a este direito, quais os beneficiários aptos a recebê-la e sua renda mensal inicial.

Ademais, serão trazidos os conceitos de família à luz do Código Civil e da legislação previdenciária para que, a partir deste estudo, se possa destacar o que atualmente é considerado como concubinato e quais são as classificações dadas pela doutrina e jurisprudência ao instituto.

Por fim, será discutido o tema mote deste trabalho: o direito à pensão do(a) concubino(a) impuro no âmbito da doutrina e da jurisprudência previdenciária. Por meio de uma metodologia descritiva, analisar-se-á o direito à pensão do(a) concubino(a) impuro na prática a partir dos entendimentos jurisprudenciais e doutrinários da causa.

Sendo assim, inicia-se este estudo a partir do seguinte questionamento principal: afinal, é possível a divisão da pensão por morte em casos de convivência paralela caracterizada como concubinato impuro?



## 1 A SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

### 1.1 Conceito e evolução histórica

Desde os tempos mais remotos o homem preocupa-se com os infortúnios da vida. No Estado absolutista e no Liberal eram poucas as medidas governamentais positivas - até porque no Estado Liberal a intervenção estatal era mínima - sendo o Poder Público garantidor de liberdades meramente negativas. Nessa evolução natural, entra em crise o liberalismo, nascendo progressivamente o Estado Social, quando o Poder Público finalmente se vê diante dos direitos fundamentais de segunda geração, trocando o atendimento mínimo pela proteção social<sup>1</sup>.

No Brasil, a seguridade social foi instituída por nossa Constituição de 1988 e é uma conquista do Estado Social de Direito. Embora possam ser encontradas normas sobre seguridade social nas Constituições de 1824 e 1891, no Código Comercial de 1850 e em algumas leis esparsas, inclusive do período colonial, o marco inicial, segundo a doutrina majoritária, foi a Lei Eloy Chaves (Decreto Legislativo n. 4.862, de 24/1/23) que criou as Caixas de Aposentadoria e Pensões nas empresas de estradas de ferro, assegurando aposentadoria aos seus trabalhadores e pensão aos dependentes, além de assistência médica e redução no custo de medicamentos<sup>2</sup>.

Na Constituição Federal de 1934, o legislador estabeleceu a previdência social custeada pela União, empregados e empregadores, ao passo que na Constituição Federal de 1946 surge pela primeira vez a expressão “previdência social”, mantendo-se a regra do triplo custeio<sup>3</sup>.

A Constituição de 1967 prescreveu a criação do seguro-desemprego, o qual foi regulamentado com a denominação de auxílio-desemprego. A regra de custeio é mantida e atribui-se o benefício de aposentadoria à mulher aos 30 anos de trabalho, com salário integral<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 17. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

<sup>2</sup> BASTOS, Lucília Isabel Candini. Anotações sobre as características e especificidades dos segmentos da seguridade social no Brasil: saúde, assistência e previdência Social. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2678, out. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/17737>>. Acesso em 13 mar. 2018.

<sup>3</sup> GONÇALES, Odonel Urbano. **Manual de direito previdenciário**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

<sup>4</sup> GONÇALES, Odonel Urbano. **Manual de direito previdenciário**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 23.

Em 1977, com a publicação da Lei n. 6.439, operou-se transformação estrutural no modelo previdenciário, com a instituição do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Nacional (SINPAS), o qual se destinava a integrar as atividades de previdência social, assistência médica, assistência social e gestão administrativa, financeira e patrimonial, entre várias entidades vinculadas ao Ministério da Previdência e Assistência Social<sup>5</sup>.

Assim, algumas autarquias foram especialmente criadas: ao Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), coube a arrecadação e fiscalização das contribuições; e ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), o atendimento dos segurados e dependentes na área da saúde<sup>6</sup>.

A Constituição de 1988, enfim, estabeleceu o atual sistema de seguridade social, prevendo um Estado de Bem-Estar Social em nosso território, englobando ações na área de previdência social, saúde e assistência social.

Conforme a definição do artigo 194 da Carta Magna, a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Ainda, pode ser conceituada como a rede protetiva formada pelo Estado e por particulares, com contribuições de todos, incluindo parte dos beneficiários dos direitos, no sentido de estabelecer ações para o sustento de pessoas carentes, trabalhadores em geral e seus dependentes, providenciando a manutenção de um padrão mínimo de vida digna.<sup>7</sup> Assim, não apenas o Estado atua no âmbito da seguridade social, pois é auxiliado pelas pessoas naturais e jurídicas de direito privado.

Em sua essência, a seguridade visa proteger a população contra os chamados riscos sociais. Eventos como infância, velhice, desemprego, prisão,

---

<sup>5</sup> BASTOS, Lucília Isabel Candini. Anotações sobre as características e especificidades dos segmentos da seguridade social no Brasil: saúde, assistência e previdência social. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2678, out. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/17737>>. Acesso em: 15 set. 2017

<sup>6</sup> BASTOS, Lucília Isabel Candini. Anotações sobre as características e especificidades dos segmentos da seguridade social no Brasil: saúde, assistência e previdência social. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2678, out. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/17737>>. Acesso em: 15 set. 2017

<sup>7</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 17. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012, p. 5.

maternidade, invalidez e morte podem impedir que as pessoas laborem e supram suas necessidades básicas e as de seus dependentes, sendo dever do Estado Social de Direito intervir quando se fizer necessário na garantia dos direitos sociais<sup>8</sup>.

Deveras, dentro de nossa seguridade social existem dois sistemas: o sistema contributivo, formado pela previdência social, que pressupõe o pagamento de contribuições previdenciárias; e o sistema não contributivo, formado pela assistência social e pela saúde, sendo ambas custeadas pelos tributos e disponíveis a todas as pessoas<sup>9</sup>.

## 1.2 Caracterização do Sistema da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988

### 1.2.1 Saúde

É um direito de todos e dever do estado, com preocupação no que se refere à redução do risco de doença (prevenção) e acesso igualitário às ações e serviços para sua promoção (campanhas), proteção e recuperação<sup>10</sup>. Hoje, as condições para implantação do sistema de saúde são objeto de regulamentação pelo Decreto n. 8.080/90, sendo a regulamentação administrativa aprovada pelo Decreto n. 7.508 de 2011. Atualmente, as ações nesta área são de responsabilidade direta do Ministério da Saúde, por meio do Sistema Único de Saúde, sistema que absorveu as funções, atividades, competências e atribuições do extinto INAMPS, com o advento da Lei n. 8.689/93.

A saúde possui o escopo mais amplo dos ramos de proteção, uma vez que é de acesso universal e igualitário, não necessitando de seus beneficiários sequer comprovação de qualquer contribuição. Assim, as ações e os serviços de saúde são extremamente relevantes, cabendo ao Poder Público sua execução direta ou por meio de terceiros, incluindo pessoas físicas ou jurídicas de direito privado<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

<sup>9</sup> VIEIRA, Marco André Ramos. **Manual de direito previdenciário**. 5. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2005.

<sup>10</sup> TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário: regime geral de previdência social e regras constitucionais dos regimes próprios de previdência social**. 13. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011, p. 15.

<sup>11</sup> AMADO, Frederico. **Direito previdenciário: coleção sinopses para concursos**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 63.

Percebe-se que não há uma exclusividade do Poder Público, podendo as instituições privadas participar do Sistema Único de Saúde, seguindo diretrizes deste. Todavia, veda-se a destinação de recursos públicos para subvencionar instituições privadas com fins lucrativos<sup>12</sup>.

Ressalte-se que a proteção à saúde nem sempre foi considerada por nossa Constituição como um direito universal, como hoje. O trabalhador deveria contribuir para a manutenção do regime, fazendo-o em conjunto com a previdência social. A atual Constituição muda este requisito, adotando a política de proteção universal que independe de contribuição e busca um maior bem-estar e justiça social. Entretanto, certo é que inexistem recursos públicos disponíveis para a adoção de todos os procedimentos desejados na área da saúde, devendo a Administração Pública eleger os mais importantes dentro da chamada reserva do possível<sup>13</sup>.

### *1.2.2 Assistência Social*

A assistência social é disciplinada atualmente nos artigos 203 e 204 de nossa Constituição, e, em termos infraconstitucionais, pela Lei n. 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS).

De acordo com o artigo 203 da Carta Magna, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. Em outras palavras, a assistência social é o conjunto de medidas públicas ou privadas prestadas em caráter não contributivo a quem necessitar, normalmente funcionando como um complemento da previdência social<sup>14</sup>.

Ainda, conforme o artigo 1º da Lei n. 8.742/93, a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de

---

<sup>12</sup> AMADO, Frederico. **Curso de direito e processo previdenciário**. 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2014.

<sup>13</sup> LEITÃO, André Studart; MEIRINHO, Augusto Grieco Sant'Anna. **Manual de direito previdenciário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 102.

<sup>14</sup> GOES, Hugo. **Manual de direito previdenciário: teoria e questões**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2014, p. 15.

iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas<sup>15</sup>.

Destaque-se que, assim como a saúde, que independe de contribuição, a assistência não cobra contribuições efetivas de seus assistidos, valendo-se da necessidade para prestação do auxílio. Ainda, exatamente como a saúde, a assistência social pode ser prestada por pessoas jurídicas de direito privado, tais como entidades filantrópicas e sem fins lucrativos<sup>16</sup>.

Os objetivos da assistência social brasileira estão consignados no artigo 203 da Constituição, quais sejam:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.<sup>17</sup>

Por sua vez, os princípios informadores da assistência social foram elencados no artigo 4º da Lei n. 8.742/93, a saber:

Art. 4º. A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

- I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

<sup>15</sup> BRASIL. **Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm)> Acesso em: 13 mar. 2018.

<sup>16</sup> VIEIRA, Marco André Ramos. **Manual de direito previdenciário**. 5. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2005.

<sup>17</sup> BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;  
 V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.<sup>18</sup>

Com propriedade, os princípios informadores da assistência social brasileira revelam o seu espírito, pois este subsistema da seguridade social objetiva realizar as necessidades básicas das pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, mesmo porque as prestações assistenciais independem de contribuição dos beneficiários<sup>19</sup>.

Por fim, as diretrizes da assistência social constam no artigo 5º da Lei 8.742/93:

Art. 5º. A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:  
 I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;  
 II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;  
 III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.<sup>20</sup>

É possível notar que a realização dos direitos fundamentais no campo da assistência social é tarefa comum entre os entes federativos, contando com a participação da população na formulação das políticas e no controle das ações, mas primando pela responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social.

Destaque-se que, assim como a saúde, que independe de contribuição, a assistência não cobra contribuições efetivas de seus assistidos, valendo-se da necessidade para prestação do auxílio. Ainda, exatamente como a saúde, a

<sup>18</sup> BRASIL. **Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm)> Acesso em: 13 mar. 2018.

<sup>19</sup> AMADO, Frederico. **Curso de direito e processo previdenciário**. 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2014, p. 52.

<sup>20</sup> BRASIL. **Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm)> Acesso em: 13 mar. 2018.

assistência social pode ser prestada por pessoas jurídicas de direito privado, tais como entidades filantrópicas e sem fins lucrativos<sup>21</sup>.

### 1.2.3 Previdência Social

#### 1.2.3.1 Conceito

É a Previdência Social o segmento da Seguridade Social, composto de um conjunto de princípios, regras e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social, mediante contribuição do segurado que tem por objetivo proporcionar meios indispensáveis de subsistência ao segurado e a sua família, contra contingências de perda ou redução de sua remuneração, de forma temporária ou permanente, de acordo com a previsão da lei<sup>22</sup>. Em sentido amplo e objetivo a previdência pode ser definida como um seguro regido por normas de Direito Público que disponibiliza benefícios e serviços aos segurados e seus dependentes. Entretanto, não há pacto de vontades no seguro social, sendo a grande maioria de filiados segurados obrigatórios, com exceção daqueles que são facultativos<sup>23</sup>.

Conforme disposto no artigo 201 da Constituição Federal, a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, a saber:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

- I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)
- II - proteção à maternidade, especialmente à gestante; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)
- III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)
- IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)
- V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou

<sup>21</sup> VIEIRA, Marco André Ramos. **Manual de direito previdenciário**. 5. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2005.

<sup>22</sup> MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 300.

<sup>23</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 17. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012, p. 28.

companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998).<sup>24</sup>

Assim, a relação previdenciária possui três vertentes: o custeio, que envolve a obrigação de pagar as contribuições, o plano de benefícios e serviços, que envolve o pagamento de prestações ou serviços aos segurados e seus dependentes uma vez atendidas as hipóteses e preenchidos os requisitos legais para sua concessão, e o evento, que pode ser programado ou não programado<sup>25</sup>.

Note-se que, um dos grandes traços que diferenciam a previdência social da saúde e da assistência é justamente seu caráter contributivo, uma vez que a cobertura recai às pessoas que vertam contribuições ao regime que se filiaram.

O objetivo da Previdência Social é estabelecer um sistema de proteção social para proporcionar meios indispensáveis de subsistência ao segurado e a sua família. É transformar algo futuro e incerto, em algo certo, na possibilidade de recebimento do benefício, se acontecer a contingência<sup>26</sup>.

#### 1.2.3.2 Planos previdenciários brasileiros

Os planos de previdência no Brasil podem ser divididos em básicos e complementares. Os planos básicos são compulsórios àqueles que exercem atividade laboral remunerada, ao passo que os complementares possuem o objetivo de ofertar basicamente prestações complementares para manutenção do padrão de vida do segurado e de seus dependentes. Em regra, o trabalhador é obrigado a filiar-se aos planos básicos enquanto perceber remuneração decorrente de seu trabalho (segurado obrigatório), enquanto que a filiação ao plano complementar é sempre facultativa. Neste último caso, inclusive, há plena autonomia de vontade, o que caracteriza tais contratos como um seguro *sui generis*, incidindo sobre eles as regras do Código de Defesa do Consumidor<sup>27</sup>.

Como primeiro plano básico, cite-se o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) obrigatório para os trabalhadores em geral, exceto para os titulares de

<sup>24</sup> BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

<sup>25</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 17. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

<sup>26</sup> MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 300.

<sup>27</sup> CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.



cargos públicos efetivos e militares filiados ao Regime Próprio de Previdência Social. Compete ao INSS a administração do plano de benefícios e serviços do RGPS. Fala-se aqui do maior plano previdenciário brasileiro, pois cobre vários riscos sociais e engloba milhões de brasileiros. Ainda, não visa manter status social, mas garantir que o segurado mantenha uma vida digna diante do acontecimento de algum ou alguns dos riscos sociais aludidos, tais como, morte, invalidez, doença, prisão e velhice. As regras gerais deste plano encontram-se no artigo 201 da Constituição Federal, sendo o Plano de Benefícios e Serviços disposto na Lei n. 8.213/91 e o Plano de Custeio aprovado pela Lei n. 8.212/91.

Além do RGPS, têm-se os chamados RPPS ou Regimes Próprios de Previdência Social. Conforme o artigo 2º da Portaria MPS n. 402/2008, Regime Próprio de Previdência Social é um sistema de previdência, estabelecido no âmbito de cada ente federativo, que assegure, por lei, a todos os servidores titulares de cargo efetivo, pelo menos os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos no artigo 40 da Constituição Federal<sup>28</sup>. São intitulados de Regimes Próprios porque cada ente público da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) pode ter o seu, cuja finalidade é organizar a previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo, tanto daqueles em atividade, como daqueles já aposentados e também dos pensionistas, cujos benefícios estejam sendo pagos pelo ente estatal<sup>29</sup>.

Destaque-se que os servidores que são apenas titulares de cargo em comissão, temporários, empregados públicos e os titulares de mandato eletivo sem vínculo efetivo são segurados obrigatórios do RGPS, uma vez que o RPPS só abarca servidores efetivos<sup>30</sup>.

Desta forma, de um lado, tem-se o RGPS, cuja gestão é efetuada pelo INSS, que vincula obrigatoriamente todos os trabalhadores do setor privado e também os servidores públicos não vinculados a regimes próprios de previdência social e, de

---

<sup>28</sup> BRASIL. **Portaria MPS n. 402, de 10 de dezembro de 2008**. Disponível em: <[http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/66/MPS/2008/402\\_1.htm](http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/66/MPS/2008/402_1.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2018.

<sup>29</sup> BRASIL. Secretaria de Previdência: **regime próprio de previdência – perguntas e respostas**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/perguntas-frequentes/regime-proprio-de-previdencia-perguntas-e-respostas/>>. Acesso em 13 mar. 2018.

<sup>30</sup> AMADO, Frederico. **Curso de direito e processo previdenciário**. 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2014.

outro lado, temos vários regimes próprios de previdência social cujas gestões são efetuadas, distintamente, pelos próprios entes públicos instituidores<sup>31</sup>.

No Brasil, o Regime de Previdência Complementar – RPC, também conhecido como previdência privada, surgiu para assegurar ao trabalhador o recebimento de um recurso adicional, sendo assim um mecanismo que permite ao trabalhador, facultativamente, acumular reservas para que no futuro, possa desfrutar de uma complementação na sua aposentadoria proporcionando uma qualidade de vida melhor. Além disso, esse benefício poderá possibilitar cobertura em casos de morte ou invalidez<sup>32</sup>.

O Regime de Previdência Complementar Brasileiro está conceitualmente classificado em dois grupos: regime complementar privado aberto e regime complementar privado fechado. O regime aberto é explorado por sociedades anônimas com autorização estatal, de índole facultativa, ao passo que o regime fechado é mantido por entidades fechadas de Previdência Complementar, também de caráter facultativo<sup>33</sup>.

#### 1.2.3.3 *Filiação e inscrição*

A filiação é a relação jurídica estabelecida entre o indivíduo e o INSS, nos termos do RGPS, geradora de direitos e obrigações mútuas. Para os segurados obrigatórios, decorre automaticamente do exercício da atividade remunerada reconhecida como de vinculação compulsória. Para estes, a filiação independe da vontade, é fruto da lei. Encontrando-se o trabalhador desempenhando função que se adapte à regra matriz, é filiado, independentemente de haver ou não contribuição ou inscrição<sup>34</sup>.

O artigo 20 do Regulamento da Previdência Social (RPS), aprovado pelo Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999, define sinteticamente que a “filiação é o

<sup>31</sup> BRASIL. Secretaria de Previdência: **regime próprio de previdência – perguntas e respostas**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/perguntas-frequentes/regime-proprio-de-previdencia-perguntas-e-respostas/>>. Acesso em 13 mar. 2018.

<sup>32</sup> BRASIL. Secretaria de Previdência: **regime próprio de previdência – perguntas e respostas**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/perguntas-frequentes/regime-proprio-de-previdencia-perguntas-e-respostas/>>. Acesso em 13 mar. 2018.

<sup>33</sup> MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

<sup>34</sup> TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário: regime geral de previdência social e regras constitucionais dos regimes próprios de previdência social**. 13. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011, p. 96.

vínculo que se estabelece entre pessoas que contribuem para a previdência social e esta, do qual decorrem direitos e obrigações”. O artigo menciona ainda, em seu parágrafo 1º, que a filiação decorre automaticamente do exercício de atividade remunerada para os segurados obrigatórios e da inscrição formalizada com o pagamento da primeira contribuição para o segurado facultativo.

Já a inscrição é o ato de cadastramento do segurado e do dependente junto ao RGPS e é conceituada pelo artigo 18 do RPS, a saber:

Art. 18. Considera-se inscrição de segurado para os efeitos da previdência social o ato pelo qual o segurado é cadastrado no Regime Geral de Previdência Social, mediante comprovação dos dados pessoais e de outros elementos necessários e úteis a sua caracterização, observado o disposto no art. 330 e seu parágrafo único, na seguinte forma: (Redação dada pelo Decreto nº 3.265, de 1999)

I - o empregado e trabalhador avulso - pelo preenchimento dos documentos que os habilitem ao exercício da atividade, formalizado pelo contrato de trabalho, no caso de empregado, observado o disposto no § 2º do art. 20, e pelo cadastramento e registro no sindicato ou órgão gestor de mão-de-obra, no caso de trabalhador avulso; (Redação dada pelo Decreto nº 6.722, de 2008).

II - empregado doméstico - pela apresentação de documento que comprove a existência de contrato de trabalho;

III - contribuinte individual - pela apresentação de documento que caracterize a sua condição ou o exercício de atividade profissional, liberal ou não; (Redação dada pelo Decreto nº 3.265, de 1999)

IV - segurado especial - pela apresentação de documento que comprove o exercício de atividade rural; e (Redação dada pelo Decreto nº 3.265, de 1999)

V - facultativo - pela apresentação de documento de identidade e declaração expressa de que não exerce atividade que o enquadre na categoria de segurado obrigatório. (Redação dada pelo Decreto nº 3.265, de 1999).<sup>35</sup>

Atualmente a inscrição é feita no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), sistema criado em 1989 e responsável pelo controle das informações de todos os segurados e contribuintes.

Ressalte-se que, no caso do dependente, conforme o artigo 17, §1º da Lei n. 8.213/91 e do artigo 22 do RPS, a inscrição ocorrerá apenas quando do

<sup>35</sup> BRASIL. Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3048compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048compilado.htm). Acesso em 13 mar. 2018.

requerimento administrativo do benefício previdenciário, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios.

#### *1.2.3.4 Qualidade de segurado*

Qualidade de segurado é a condição atribuída a todo cidadão filiado ao INSS que possua uma inscrição e faça pagamentos mensais a título de Previdência Social<sup>36</sup>. Segurado não é apenas quem recebe benefício, mas quem também paga a contribuição.

Neste sentido, pode-se conceituar o segurado do RGPS, nos moldes atuais, como toda pessoa física que, pelo exercício da atividade remunerada ou por opção, verte contribuições previdenciárias à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), diretamente ou mediante responsável tributário, ficando protegido perante as contingências sociais previstas legalmente, com a fruição de benefícios e serviços prestados pelo INSS<sup>37</sup>.

#### *1.2.3.5 Beneficiários da Previdência Social*

Os beneficiários da Previdência Social são aqueles que efetivamente, como a própria palavra já diz, são beneficiados com os planos de prestações e serviços oferecidos pelo sistema. São eles os segurados obrigatórios, os facultativos e seus dependentes<sup>38</sup>.

No grupo dos segurados obrigatórios estão as pessoas que exercem atividade laboral remunerada, exceto servidores públicos efetivos e militares já vinculados a regimes próprios. É plenamente possível que um servidor que exerça atividade remunerada concomitantemente a seu cargo público seja vinculado aos dois regimes, RGPS e RPPS. Os segurados obrigatórios dividem-se ainda em

---

<sup>36</sup> BRASIL. Secretaria de Previdência: **regime próprio de previdência – perguntas e respostas**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/perguntas-frequentes/regime-proprio-de-previdencia-perguntas-e-respostas/>>. Acesso em 13 mar. 2018.

<sup>37</sup> FOLMANN, Melissa; SOARES, João Marcelino. **Pensão por morte de acordo com a Lei n. 13.135/15**. São Paulo: LTr, 2015, p. 23.

<sup>38</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 17. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012, p. 530.

empregados, empregados domésticos, trabalhadores avulsos, segurados especiais e contribuinte individual<sup>39</sup>.

No grupo dos segurados facultativos estão as pessoas que não desenvolvem atividades laborais, podendo se filiar facultativamente ao sistema, ao passo que o grupo dos dependentes engloba os indivíduos elencados por lei passíveis de receber determinados benefícios<sup>40</sup>.

#### *1.2.3.5.1 Segurados obrigatórios*

Todo aquele cidadão que exerce atividade remunerada é compelido a contribuir para a previdência social. Os segurados obrigatórios do RGPS estão elencados no artigo 12 da Lei n. 8.212/91, sendo repetidos no artigo 11 da Lei n. 8.213/91, com regulamentação no artigo 9º do RPS. São eles os empregados, empregados domésticos, trabalhadores avulsos, segurados especiais e o contribuinte individual<sup>41</sup>.

São considerados empregados à luz do artigo 12, I, da Lei n. 8.212/91, bem como do artigo 9º, I, do RPS, aqueles que prestam serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado. Tal conceito é similar ao artigo 3º da CLT<sup>42</sup>, exigindo-se a remuneração, a habitualidade, a pessoalidade e a subordinação para configuração do vínculo empregatício. Os empregados estão elencados como segurados obrigatórios no inciso I do mencionado artigo 12 da Lei n. 8.212/91, a saber:

Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:  
I - como empregado:  
a) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado;  
b) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a

<sup>39</sup> GOES, Hugo. **Manual de direito previdenciário**: teoria e questões. 8. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2014, p. 125

<sup>40</sup> GOES, Hugo. **Manual de direito previdenciário**: teoria e questões. 8. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2014, p. 125.

<sup>41</sup> AMADO, Frederico. **Curso de direito e processo previdenciário**. 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2014.

<sup>42</sup> Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas;

c) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior;

d) aquele que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a ela subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular;

e) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio;

f) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional;

g) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais; (Alínea acrescentada pela Lei nº 8.647, de 13.4.93)

h) (Execução suspensa pela Resolução do Senado Federal nº 26, de 2005)

i) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 1999).

j) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social; (Incluído pela Lei nº 10.887, de 2004).<sup>43</sup>

A Lei Complementar n. 50/2015 (Nova Lei dos Domésticos) conceitua o empregado doméstico como sendo “aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana”<sup>44</sup>. Já na Lei n. 8.212/91, os trabalhadores domésticos vêm mencionados no inciso II do aludido artigo 12:

<sup>43</sup> BRASIL. **Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8212cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

<sup>44</sup> BRASIL. **Lei Complementar n. 150, de 1º de junho de 2015**. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm)>. Acesso em: 24 mar. 2018.

Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

II - como empregado doméstico: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos;<sup>45</sup>

Para efeitos previdenciários o trabalhador avulso é definido no RPS como aquele que, sindicalizado ou não, presta serviço de natureza urbana ou rural, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do órgão gestor de mão-de-obra, nos termos da Lei n. 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, ou do sindicato da categoria (art. 9º, VI do RPS). Estão relacionados como segurados obrigatórios no inciso VI do artigo 12 da Lei 8.212/91. Veja-se:

Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

VI - como trabalhador avulso: quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviços de natureza urbana ou rural definidos no regulamento;<sup>46</sup>

Já os segurados especiais são aqueles definidos pelo artigo 11, VII e §1º da Lei n. 8.213/91 c/c artigo 9º, VII e §6º do RPS como trabalhadores rurais que produzem em regime de economia familiar sem o uso de mão de obra assalariada. Ainda, conforme o artigo 11, VII, c, os cônjuges, os companheiros, os filhos maiores de 16 anos, o pescador artesanal e o índio, quando exercerem atividade rural e participarem da produção em regime de economia familiar, também serão considerados segurados especiais. Na Lei n. 8.212/91 são listados no inciso VII do artigo 12:

Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração, na condição de: (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008).

a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade: (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

<sup>45</sup> BRASIL. **Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8212cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

<sup>46</sup> BRASIL. **Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8212cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais; ou (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).
2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do caput do art. 2º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).
- b) pescador artesanal ou a este assemelhado, que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).
- c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e b deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo.

Por fim, o contribuinte individual é aquele que possui renda pelo próprio trabalho, sem estar empregado ou vinculado<sup>47</sup>. As hipóteses de enquadramento da pessoa física como segurado contribuinte individual do RGPS estão previstas no artigo 12, V, da Lei nº 8.213/91, sendo uma classe de trabalhadores não enquadrada nas anteriores, tendo nítido caráter residual em muitos casos<sup>48</sup>. São trazidos ainda no artigo 12 da Lei nº 8.212/91, em seu inciso V:

Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:  
 V - como contribuinte individual: (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999).  
 a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, a qualquer título, em caráter permanente ou temporário, em área superior a 4 (quatro) módulos fiscais; ou, quando em área igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais ou atividade pesqueira, com auxílio de empregados ou por intermédio de prepostos; ou ainda nas hipóteses dos §§ 10 e 11 deste artigo; (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008).  
 b) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999).  
 c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa; (Redação dada pela Lei nº 10.403, de 2002).  
 d) revogada; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999).  
 e) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999).

<sup>47</sup> MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2017.

<sup>48</sup> AMADO, Frederico. **Curso de direito e processo previdenciário**. 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2014, p. 209.



- f) o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio gerente e o sócio cotista que recebam remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural, e o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 1999).
- g) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 1999).
- h) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 1999).

Como mencionado, a filiação dos segurados obrigatórios à Previdência Social é automática e decorre do início da atividade laborativa, de modo que o empregador, ao efetuar o pagamento da remuneração, já retém porcentagem específica e faz o repasse ao INSS. Excepcionalmente, para os contribuintes individuais que trabalhem por conta própria, apenas com o efetivo recolhimento da primeira contribuição previdenciária é que ocorre a filiação, uma vez que inexistente empresa ou empregador responsável pela arrecadação<sup>49</sup>.

#### *1.2.3.5.2 Segurados facultativos*

Segurados facultativos são aqueles que, mesmo não exercendo atividade remunerada, vinculam-se à Previdência Social, optando por sua inclusão no sistema protetivo<sup>50</sup>.

O artigo 14 da Lei n. 8.212/91 e o artigo 13 da Lei n. 8.213/91 preveem que são segurados facultativos os maiores de 14 anos de idade que se filiem ao RGPS mediante contribuição. Entretanto, de acordo com o artigo 11 do RPS, a idade mínima para filiação do segurado facultativo é de 16 anos de idade, sendo este o entendimento do INSS e da doutrina previdenciária.

O artigo 11 do citado Regulamento traz um rol exemplificativo de segurados facultativos, a saber:

<sup>49</sup> BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. **Tipos de filiação**. Disponível em <<http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/informacoes-gerais/tipos-filiacao/>>. Acesso em 25 de set. de 2017.

<sup>50</sup> CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 184.

Art. 11. É segurado facultativo o maior de dezesseis anos de idade que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição, na forma do art. 199, desde que não esteja exercendo atividade remunerada que o enquadre como segurado obrigatório da previdência social.

§ 1º Podem filiar-se facultativamente, entre outros:

I – a dona-de-casa;

II - o síndico de condomínio, quando não remunerado;

III - o estudante;

IV - o brasileiro que acompanha cônjuge que presta serviço no exterior;

V - aquele que deixou de ser segurado obrigatório da previdência social;

VI - o membro de conselho tutelar de que trata o art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, quando não esteja vinculado a qualquer regime de previdência social;

VII - o bolsista e o estagiário que prestam serviços a empresa de acordo com a Lei nº 6.494, de 1977;

VIII - o bolsista que se dedique em tempo integral a pesquisa, curso de especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado, no Brasil ou no exterior, desde que não esteja vinculado a qualquer regime de previdência social;

IX - o presidiário que não exerce atividade remunerada nem esteja vinculado a qualquer regime de previdência social; (Redação dada pelo Decreto nº 7.054, de 2009)

X - o brasileiro residente ou domiciliado no exterior, salvo se filiado a regime previdenciário de país com o qual o Brasil mantenha acordo internacional; e (Redação dada pelo Decreto nº 7.054, de 2009)

XI - o segurado recolhido à prisão sob regime fechado ou semi-aberto, que, nesta condição, preste serviço, dentro ou fora da unidade penal, a uma ou mais empresas, com ou sem intermediação da organização carcerária ou entidade afim, ou que exerce atividade artesanal por conta própria. (Incluído pelo Decreto nº 7.054, de 2009).<sup>51</sup>

Para estes segurados a filiação apenas ocorrerá com a inscrição formalizada e o pagamento da primeira contribuição previdenciária, nos moldes do artigo 20 do RPS.

#### 1.2.3.5.3 Dependentes

Os dependentes são as pessoas que, embora não contribuam para a Seguridade Social, são elencadas pela lei como possíveis beneficiárias dos benefícios de pensão por morte, serviço social, auxílio reclusão e reabilitação

<sup>51</sup> BRASIL. Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3048compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048compilado.htm). Acesso em 13 mar. 2018.

profissional. A relação do dependente do segurado com a Previdência Social é derivada da relação jurídica entre o segurado e o RGPS<sup>52</sup>.

Destaque-se que não é qualquer dependente que estará apto a receber as benesses previdenciárias. Sendo assim, a Lei n. 8.213/91, em seu artigo 16, elenca os dependentes, sendo cada inciso considerado uma classe de dependência:

Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

- I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)
- II - os pais;
- III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)
- IV - (Revogada pela Lei nº 9.032, de 1995)<sup>53</sup>

Para determinar a dependência previdenciária, são utilizados dois critérios: econômico e familiar. Os dependentes de primeira classe, ou seja, o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, possuem dependência econômica presumida, ao passo que os dependentes de segunda e terceira classe, ou seja, os pais e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, devem demonstrar o critério familiar e a dependência econômica existente. Ainda, conforme o parágrafo 1º do citado artigo, a existência de dependente de qualquer das classes exclui do direito às prestações os das classes seguintes.

Cumpra evidenciar alguns pontos importantes quanto à relação previdenciária de dependência. Inicialmente, conforme o parágrafo 3º do artigo 16 do RPS, o enteado e o menor tutelado serão equiparados a filho mediante declaração

<sup>52</sup> LEITÃO, André Studart; MEIRINHO, Augusto Grieco Sant'Anna. **Manual de direito previdenciário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 223.

<sup>53</sup> BRASIL. **Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

escrita do segurado e comprovada a dependência econômica através de documentos.

Ademais, para configuração de companheiro e companheira será considerada a pessoa que sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou com a segurada do INSS, sendo esta configurada na convivência pública, contínua e duradoura entre ambos, estabelecida com intenção de constituição de família<sup>54</sup>. Ainda, no tocante à relação de união estável, conforme a Portaria MPS n. 513, de 9 de dezembro de 2010, o companheiro ou a companheira do mesmo sexo também integra o rol dos dependentes e, se comprovada a união estável, concorre em igualdade com os demais dependentes preferenciais.

#### *1.2.3.6 Período de carência*

A Lei n. 8.213/91 conceitua em seu artigo 24 o período de carência como sendo “o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências”<sup>55</sup>. Em outras palavras, o período de carência corresponde ao lapso temporal em que não há direito a determinadas prestações previdenciárias, uma vez que o segurado ainda não verteu um número mínimo de contribuições exigido. Haverá período de carência para os benefícios de aposentadoria especial, por idade, por tempo de contribuição e por invalidez.

A carência começa a ser contada conforme o tipo de atividade exercida bem como a época em que aconteceu a filiação, a inscrição ou a contribuição (artigos. 24 a 27 da Lei n. 8.213/91).

Para o trabalhador avulso e o empregado a carência inicia sua contagem a partir do início do trabalho, pois, como já dito, é a partir deste momento que se configura a filiação ao INSS. Merece destaque o fato de que, nessa modalidade, por

---

<sup>54</sup> BRASIL. **Instrução Normativa INSS/PRES n. 45, de 6 de agosto de 2010**. Dispões sobre a administração de informações dos segurados, o reconhecimento, a manutenção e a revisão de direitos dos beneficiários da Previdência Social e disciplina o processo administrativo previdenciário no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Disponível em: <[http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/38/inss-pres/2010/45\\_1.htm](http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/38/inss-pres/2010/45_1.htm)>. Acesso em 12 mar. 2018.

<sup>55</sup> BRASIL. **Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

ser obrigação da empregadora o recolhimento das contribuições, o pagamento é presumido, devendo o cidadão comprovar apenas o exercício da atividade<sup>56</sup>.

No caso do empregado doméstico, a carência é contada a partir do momento em que é vertido o primeiro pagamento em dia<sup>57</sup>.

Dos segurados especiais não se exige cumprimento de período de carência: somente a comprovação do exercício de atividade rural pelo mesmo período, nos termos do art. 39 da Lei nº 8.213/1991 (para fruição do salário-maternidade, 10 meses). Se houver contribuição facultativa, os benefícios correspondentes sujeitar-se-ão ao período de carência normal<sup>58</sup>.

Já para o contribuinte individual e o facultativo, conforme o artigo 28 do RPS, a carência é contada da data do efetivo recolhimento da primeira contribuição sem atraso, não sendo consideradas para esse fim as contribuições recolhidas com atraso referentes a competências anteriores.

#### 1.2.3.7 Salário de benefício

Previsto nos arts. 28 a 32 da Lei n. 8.213/91, o salário de benefício é o valor básico utilizado para cálculo da renda mensal dos benefícios de prestação continuada, inclusive os regidos por normas especiais, exceto o salário-família, o salário-maternidade e os demais benefícios de legislação especial<sup>59</sup>.

Equivocadamente, aduz o artigo 31 do RPS que o benefício de pensão por morte não é calculado com base no salário de benefício. Entretanto, conforme será explicitado no próximo capítulo, a renda mensal inicial da pensão por morte será de cem por cento do valor de aposentadoria que o segurado recebia ou teria direito a receber se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento. Assim, indiretamente, a renda da pensão por morte utiliza o salário de benefício, uma vez que este instituto será utilizado para o cálculo da aposentadoria.

<sup>56</sup> MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. 34 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

<sup>57</sup> GOES, Hugo. **Manual de direito previdenciário**: teoria e questões. 8. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2014, p. 176-177.

<sup>58</sup> TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário**: regime geral de previdência social e regras constitucionais dos regimes próprios de previdência social. 13. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011, p. 114.

<sup>59</sup> BRASIL. **Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999**. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3048compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048compilado.htm). Acesso em 13 mar. 2018.

Ainda, conforme o art. 29 da Lei n. 8.213/91, para os benefícios de aposentadoria por idade e aposentadoria por tempo de contribuição, o salário de benefício consiste na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário, enquanto que para os benefícios de aposentadoria por invalidez, aposentadoria especial, auxílio-doença e auxílio-acidente, o salário de benefício consiste na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo.

Ressalte-se que o salário de benefício possui limites mínimos e máximos, não podendo ser inferior a um salário mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário de contribuição na data de início do benefício.

#### *1.2.3.8 Benefícios da Previdência Social*

O artigo 18 da Lei 8.213/91 elenca aos segurados do RGPS os seguintes benefícios e serviços:

Art. 18. O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços:

I - quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria por idade;
- c) aposentadoria por tempo de contribuição; (Redação dada pela Lei Complementar nº 123, de 2006)
- d) aposentadoria especial;
- e) auxílio-doença;
- f) salário-família;
- g) salário-maternidade;
- h) auxílio-acidente;
- i) (Revogada pela Lei nº 8.870, de 1994)

II - quanto ao dependente:

- a) pensão por morte;
- b) auxílio-reclusão;

III - quanto ao segurado e dependente:

- a) (Revogada pela Lei nº 9.032, de 1995)
- b) serviço social;
- c) reabilitação profissional.<sup>60</sup>

---

<sup>60</sup> BRASIL. Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

De fato, a Previdência Social protege os chamados riscos sociais com diversos benefícios, amparando os contribuintes e seus dependentes em momentos de incapacidade laboral temporária ou permanente. Neste trabalho será abordado exclusivamente o benefício de pensão por morte, previsto na alínea “a” do inciso II do artigo retro transcrito. A partir do próximo capítulo será feita a análise pormenorizada do referido benefício previdenciário, de forma a demonstrar, por fim, a real necessidade de rateio da pensão por morte entre viúva e concubina, uma vez que dependentes do segurado.

## 2 DA PENSÃO POR MORTE

### 2.1 Conceito

O benefício de pensão por morte representa o grande tema para todos os segurados da previdência social, isto porque implica na proteção de seus entes queridos no momento de maior sofrimento emocional destes, como também de impacto financeiro pela ausência do *de cujus*<sup>61</sup>.

Com amparo legal no artigo 74 e seguintes da Lei n. 8.213/91 e previsão no artigo 201, inciso V da Constituição Federal, a pensão por morte é o benefício previdenciário concedido aos dependentes do segurado do INSS que vier a falecer, aposentado ou não, ou, em caso de desaparecimento, tiver sua morte presumida declarada judicialmente.

Desta forma, percebe-se que este benefício é direcionado diretamente aos dependentes do segurado, não porque este os designou, mas porque o legislador assim os elencou. O segurado, por sua vez, deve estar diretamente vinculado ao INSS, seja de forma obrigatória ou facultativa. Eis a razão pela qual a relação do segurado com a previdência encontra-se qualificada como complexa, pois ora o segurado enquadra-se como sujeito passivo (obrigado a pagar as suas contribuições sociais), outrora como sujeito ativo (com direito aos benefícios e serviços do Regime Geral da Previdência Social)<sup>62</sup>.

Ressalte-se que em 2014 foi editada a Medida Provisória n. 664, sendo esta posteriormente convertida na Lei 13.135/2015. A referida lei trouxe diversas modificações na Lei 8.213/91, especialmente no tocante ao benefício previdenciário de pensão por morte. Como será visto adiante, os requisitos de carência e duração do benefício sofreram importantes mudanças.

### 2.2 Requisitos

---

<sup>61</sup> FOLMANN, Melissa; SOARES, João Marcelino. **Pensão por morte de acordo com a Lei n. 13.135/15**. São Paulo: LTr, 2015, p. 15.

<sup>62</sup> FOLMANN, Melissa; SOARES, João Marcelino. **Pensão por morte de acordo com a Lei n. 13.135/15**. São Paulo: LTr, 2015, p. 75.



Em síntese, três são os requisitos para a concessão do benefício de pensão por morte: o óbito ou a morte presumida do segurado; a própria qualidade de segurado do *de cujus* e a existência de beneficiários junto ao INSS<sup>63</sup>.

A morte do segurado pode se dar de duas formas: atestada, ou presumida. A morte atestada é aquela certificada em atestado de óbito que declara o fim da vida e as causas da morte do indivíduo. Já a morte presumida com o fito de concessão de pensão previdenciária não se confunde com a declaração de ausência regida pelos diplomas cível e processual. Neste caso, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 232.893<sup>64</sup> que, para fins previdenciários, deve-se seguir o regramento próprio previsto no artigo 78 da Lei n. 8.213/91, a saber:

Art. 78. Por morte presumida do segurado, declarada pela autoridade judicial competente, depois de 6 (seis) meses de ausência, será concedida pensão provisória, na forma desta Subseção.  
 § 1º - Mediante prova do desaparecimento do segurado em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão provisória independentemente da declaração e do prazo deste artigo.  
 § 2º - Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessará imediatamente, desobrigados os dependentes da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.<sup>65</sup>

Sendo assim, admitem-se duas espécies de morte presumida: (i) por ausência: declarada pela autoridade judicial competente, depois de seis meses de ausência do segurado; (ii) pelo desaparecimento do segurado em consequência de desastre, catástrofe ou acidente: independe de declaração judicial e do prazo de seis meses<sup>66</sup>.

Ressalte-se que não é necessária sentença declaratória de morte presumida para que seja concedido o benefício, mas tão somente decisão judicial. Tanto é assim que o artigo 380 da Instrução Normativa INSS n. 77/15 prevê que, a cada seis

<sup>63</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 17. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

<sup>64</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. **REsp 232893 PR 1999/0088085-4**. Quinta Turma. Recorrente: INSS. Recorrido: Maria Aparecida Barreto Gomes. Relator(a): Min. Jorge Scartezini. Brasília, 23 de maio de 2000. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8204933/recurso-especial-resp-232893-pr-1999-0088085-4?ref=juris-tabs>> Acesso em: 13 mar. 2018.

<sup>65</sup> BRASIL. **Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

<sup>66</sup> LEITÃO, André Studart; MEIRINHO, Augusto Grieco Sant'Anna. **Manual de direito previdenciário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 473.

meses, o dependente deve apresentar documento comprobatório do andamento do processo de declaração de morte presumida até que se tenha a certidão de óbito<sup>67</sup>.

Ainda, há que se mencionar que, se comprovado o desaparecimento do segurado em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão provisória independentemente da declaração de ausência, uma vez que a morte do segurado já é presumida (§ 2º do artigo retro transcrito).

Quanto à qualidade de segurado do *de cujus*, como já explanado no capítulo anterior, trata-se de condição atribuída aos cidadãos filiados ao INSS quer pelo exercício de atividade remunerada, quer por opção em verter contribuições. Desta forma, para recebimento da pensão por morte pelos dependentes, o falecido deve manter, à época de sua morte, a plena qualidade de segurado<sup>68</sup>.

Não obstante, é possível a concessão de pensão por morte aos dependentes do segurado que perdeu a qualidade junto ao RGPS, mas que já cumprira os requisitos para fruição de qualquer aposentadoria (art. 102, § 2º, Lei n. 8.213/91)<sup>69</sup>. Com efeito, se após reunir os requisitos para aposentar-se por idade, sem a requerer, o segurado vem a perder sua qualidade, sobrevivendo sua morte, será viável a concessão do benefício.

Por fim, a relação de dependência consiste justamente na existência dos dependentes elencados por lei conforme os critérios básicos de condição econômica ou familiar<sup>70</sup>.

### 2.3 Período de carência

Conforme o artigo 26, I, da Lei n. 8.213/91, a pensão por morte independe de carência, ou seja, independe do recolhimento de qualquer contribuição por parte do segurado. Consequentemente, ainda que tal segurado venha a falecer no

---

<sup>67</sup> BRASIL. **Instrução Normativa INSS n. 77, de 21 de janeiro de 2015**. Estabelece rotinas para agilizar e uniformizar o reconhecimento de direitos dos segurados e beneficiários da Previdência Social, com observância dos princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/38/inss-pres/2015/77.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

<sup>68</sup> TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário**: regime geral de previdência social e regras constitucionais dos regimes próprios de previdência social. 13. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

<sup>69</sup> BRAGANÇA, Kerlly Huback. **Manual de Direito previdenciário**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012, p. 122.

<sup>70</sup> MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

primeiro dia de trabalho, será devida a concessão do benefício, ainda que seja por um curto período de tempo<sup>71</sup>.

Entretanto, com o advento da Lei n. 13.135/2015 passou-se a exigir dos cônjuges e companheiros dezoito contribuições para que tenham direito à pensão. Como será detidamente explicado no próximo tópico, não vertido o número mínimo de dezoito contribuições ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de dois anos antes do óbito do segurado, o beneficiário fará jus a apenas quatro meses de benefício. Porém, vertidas mais de dezoito contribuições e decorridos pelo menos dois anos após o início do casamento ou da união estável, o benefício terá durações variadas conforme a idade do beneficiário.

## 2.4 Durações do benefício

Uma das mais significativas mudanças trazidas pela Lei n. 13.135/2015, mais precisamente no artigo 77 da Lei n. 8.213/91, foi a instituição de tempos de duração para a pensão por morte. O benefício que antes era vitalício hoje tem sua duração máxima variável de acordo com a idade e o tipo de beneficiário.

Para os filhos, pessoa a eles equiparada ou o irmão o benefício cessa o benefício ao completarem-se vinte e um anos de idade, salvo se inválidos ou deficientes<sup>72</sup>. Ainda, conforme o artigo 77, § 2º, III, da Lei n. 8.213/91, cessando a invalidez cessa também o direito ao benefício<sup>73</sup>.

A principal mudança vem para os cônjuges, companheiros(as), cônjuges divorciados ou separados judicialmente ou de fato que recebiam pensão alimentícia. A Lei 8.213/91 prevê que para estes a duração da pensão será de quatro meses a contar da data do óbito se o falecimento ocorrer sem que o segurado tenha vertido dezoito contribuições mensais à Previdência ou se o casamento ou união estável se iniciou em menos de dois anos antes da morte do segurado. É dizer: a exigência de um número mínimo de contribuições, bem como a existência de prazo conjugal

---

<sup>71</sup> LEITÃO, André Studart; MEIRINHO, Augusto Grieco Sant'Anna. **Manual de direito previdenciário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 467.

<sup>72</sup> BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. **Pensão por morte**. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/beneficios/pensao-por-morte/>. Acesso em 13 mar. 2018.

<sup>73</sup> BRASIL. **Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm). Acesso em: 13 mar. 2018.

mínimo de dois anos antes do óbito, não são mais requisitos para a concessão do benefício, mas limitam sua duração em apenas quatro meses caso não preenchidos cumulativamente, especificamente quando o requerente for o cônjuge ou companheiro do segurado<sup>74</sup>.

Ao contrário, se o óbito ocorrer depois de vertidas as dezoito contribuições mensais pelo segurado e após pelo menos dois anos do início do casamento ou união estável, o benefício terá duração variável conforme a tabela abaixo (retirada da página eletrônica do INSS<sup>75</sup>):

<b>Idade do dependente na data do óbito</b>	<b>Duração máxima do benefício ou cota</b>
menos de 21 anos	3 anos
entre 21 e 26 anos	6 anos
entre 27 e 29 anos	10 anos
entre 30 e 40 anos	15 anos
entre 41 e 43 anos	20 anos
a partir de 44 anos	Vitalício

Destaque-se que, segundo a Lei 8.213/91, o benefício cessa caso o cônjuge ou o(a) companheiro(a) perca a condição de inválido ou deficiente, respeitados os períodos mínimos de quatro meses ou os aplicáveis na tabela acima mencionada.

<sup>74</sup> FOLMANN, Melissa; SOARES, João Marcelino. **Pensão por morte de acordo com a Lei n. 13.135/15**. São Paulo: LTr, 2015, p. 147.

<sup>75</sup> BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. **Pensão por morte**. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/beneficios/pensao-por-morte/>. Acesso em 13 mar. 2018.

Por fim, de acordo com o § 2º-A do referido artigo 77 da Lei 8.213/91, se o óbito decorrer de acidente de qualquer natureza ou doença profissional ou do trabalho, o benefício também terá as durações previstas na tabela acima independentemente do recolhimento de dezoito contribuições mensais ou da comprovação de dois anos de casamento ou união estável<sup>76</sup>. Salutar que existem situações em que a caracterização do acidente não é tão simples. Por este motivo, a comprovação da *causa mortis* vai além da análise da certidão de óbito, pois, além deste, deve-se apresentar ao INSS um documento denominado Declaração de Óbito (DO), ato exclusivamente médico que informa se o óbito foi de caráter acidentário ou não<sup>77</sup>.

## 2.5 Beneficiários

Os beneficiários da pensão por morte encontram-se definidos no artigo 16 da Lei n. 8.213/91 com os acréscimos constantes no artigo 76 do mesmo diploma legal. Além destes, a Instrução Normativa INSS/PRES n. 45, de 6 de agosto de 2010 elenca em seu artigo 17 aqueles considerados dependentes do segurado e, portanto, beneficiários.

Os artigos 16 e 76 devem ser analisados de forma combinada, estabelecendo-se assim as chamadas classes de dependência:

- primeira classe: o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;
- segunda classe: os pais;
- terceira classe: o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

Para os dependentes da primeira classe não é necessário provar a dependência econômica com o segurado falecido. Já os demais dependentes da segunda e terceira classes só terão direito ao benefício caso não exista

---

<sup>76</sup> BRASIL. **Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 14 mar. 2018.

<sup>77</sup> FOLMANN, Melissa; SOARES, João Marcelino. **Pensão por morte de acordo com a Lei n. 13.135/15**. São Paulo: LTr, 2015, p. 148.

dependentes de classes precedentes, tendo que provar, necessariamente, sua dependência econômica com o falecido<sup>78</sup>. Ademais, destaque-se que existe uma ordem de preferência entre as classes. Em outras palavras, havendo dependentes de uma classe, os dependentes da classe seguinte perdem o direito a receber a pensão<sup>79</sup>.

### 2.5.1 Cônjuges e companheiros(as)

Cônjuge é aquele casado civilmente com o segurado falecido. Já o companheiro(a) encontra sua definição no artigo 18 da Instrução Normativa INSS/PRES n. 45, de 6 de agosto de 2010, a saber:

Art. 18. Considera-se por companheira ou companheiro a pessoa que mantém união estável com o segurado ou a segurada, sendo esta configurada na convivência pública, contínua e duradoura entre o homem e a mulher, estabelecida com intenção de constituição de família, observando que não constituirá união estável a relação entre:

- I - os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil;
- II - os afins em linha reta;
- III - o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante;
- IV - os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive;
- V - o adotado com o filho do adotante;
- VI - as pessoas casadas; e
- VII - o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte<sup>80</sup>.

Sendo assim, como explanado alhures, cônjuge e companheiro(a) sobreviventes possuem dependência econômica presumida e, além disso, preferência diante de outros dependentes, uma vez que figuram na primeira classe.

Merece destaque o artigo 74, §2º, da Lei n. 8.213/91, que prevê que perde o direito à pensão o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a

<sup>78</sup> TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário**: regime geral de previdência social e regras constitucionais dos regimes próprios de previdência social. 13. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

<sup>79</sup> VIEIRA, Carlos Alberto. **Os dependentes e os principais aspectos na concessão dos benefícios previdenciários**. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=6196](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6196)>. Acesso em 19 nov. 2017.

<sup>80</sup> BRASIL. **Instrução Normativa INSS n. 77, de 21 de janeiro de 2015**. Estabelece rotinas para agilizar e uniformizar o reconhecimento de direitos dos segurados e beneficiários da Previdência Social, com observância dos princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/38/inss-pres/2015/77.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa<sup>81</sup>.

#### *2.5.1.1 Cônjuge e companheiro(a) separado ou divorciado que não recebe alimentos*

Embora figure na primeira classe, a dependência de cônjuges divorciados e de cônjuges separados de fato não é presumida, devendo ser comprovada. Não se exige uma existência formal de fixação de alimentos, equiparando-se à percepção de pensão alimentícia o recebimento de ajuda econômica ou financeira sob qualquer forma.

Conforme o disposto no artigo 371 da Instrução Normativa INSS n. 77/15, equipara-se à percepção de pensão alimentícia o recebimento de ajuda econômica ou financeira sob qualquer forma, podendo o beneficiário apresentar, por exemplo, declaração de imposto de renda do segurado em que conste como dependente, conta bancária conjunta, prova de mesmo domicílio, dentre outros documentos aptos a comprovar ajuda econômica ou financeira prestada (elencados exemplificativamente no artigo 135 da Instrução Normativa INSS n. 77/15).

Entretanto, há decisões judiciais que vão além. Mesmo sem auxílio financeiro caracterizado, o ex-cônjuge pode comprovar que dependia economicamente do segurado:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PENSÃO POR MORTE. EX-CÔNJUGE. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA NA DATA DO ÓBITO. DEMONSTRAÇÃO. DESNECESSIDADE. SÚMULA/STJ 336. DEVOLUÇÃO À TURMA DE ORIGEM PARA ADEQUAÇÃO. 1. Nos termos da Súmula nº 336 do STJ, “A mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial tem direito à pensão por morte do ex-marido, comprovada a necessidade econômica superveniente”. 2. A dependência econômica do ex-cônjuge caracteriza-se pelo efetivo recebimento de pensão alimentícia ou auxílio-financeiro, ainda que informal. Por sua vez, a necessidade pressupõe apenas condição socioeconômica desfavorável. 3. A concessão de pensão por morte de ex-cônjuge não deve ficar restrita aos casos em que o segurado falecido atendia às necessidades do requerente pagando-lhe pensão ou ajudando-lhe financeiramente devendo ser estendida à situação

<sup>81</sup> BRASIL. Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

em que o requerente efetivamente precisava deste auxílio. O fato do ex-cônjuge ter sobrevivido sem a ajuda do segurado, ainda que dela necessitasse, não pode ser óbice à concessão de pensão por morte. 4. Pedido de Uniformização parcialmente provido, determinando-se o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação. (TNU - PEDILEF: 200738007369820 MG, Relator: JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, Data de Julgamento: 05/05/2011, Data de Publicação: DOU 17/06/2011 SEÇÃO 1)<sup>82</sup>.

No caso acima, tem-se que a parte autora foi casada com a parte instituidora da pensão até o ano de 2003, já estando efetivamente separados de fato há sete anos. No entanto, a parte autora, bem antes de 2003 (ano do divórcio), não mantinha mais nenhum tipo de relação com o instituidor da pensão e não foi comprovada através de documentos a efetiva dependência econômica. Mesmo diante deste fato, entendeu o Relator da Turma Nacional de Uniformização que a concessão de pensão por morte de ex-cônjuge não deve ficar restrita aos casos em que o segurado falecido atendia às necessidades do requerente pagando-lhe pensão ou ajudando-lhe financeiramente, devendo ser estendida às situações em que o requerente efetivamente precisava deste auxílio.

Assim como o ex-cônjuge que não recebe alimentos pode comprovar sua dependência, o ex-companheiro(a) também pode fazer jus ao benefício previdenciário caso comprove sua dependência em relação ao *de cujus*. Sobre o caso, cite-se trecho do voto da Desembargadora Federal Vânia Hack de Almeida ao relatar a APELREEX 5025923-48.2011.404.7100/RS:

Quanto ao ponto, oportuno transcrever trecho da sentença que bem analisou a questão, in verbis:

No caso dos autos, o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do RS reconheceu que a união estável entre Rosa e Lauro perdurou desde o Natal de 1984 até dezembro de 1997 (evento 16, ACOR8, fl. 08), seguindo-se recurso extraordinário ao qual foi negado seguimento (evento 16, ACOR10).

À vista disso, resta inequívoco que na data do óbito de Lauro já não mais persistia a união estável com Rosa, circunstância que em um primeiro momento poderia levar ao descabimento da concessão do benefício à autora, considerando que no processo que tramitou perante a Justiça Estadual não houve menção a eventual alcance de alimentos. Contudo, as peculiaridades do caso sob exame

<sup>82</sup> BRASIL. Turma Nacional de Uniformização. **Pedido de uniformização de interpretação de lei federal**. PEDILEF 200738007369820/MG. Requerente: Neir de Sant'Ana. Requerido: INSS. Relator(a): Juiz Federal José Antônio Savaris. Minas Gerais, 05 de maio de 2011. Disponível em: <<https://tnu.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/20094310/pedido-de-uniformizacao-de-interpretacao-de-lei-federal-pedilef-200738007369820-mg>>. Acesso em: 12 mar. 2018.



evidenciam que a despeito do término da convivência marital, a autora permaneceu dependendo economicamente do ex-companheiro, e, por isso, faz jus ao amparo previdenciário, em analogia com a situação desde há muito consagrada da mulher separada que dispensou prestação alimentar<sup>83</sup>.

Destaque-se que, enquanto a dependência econômica exige no mínimo três provas em âmbito administrativo, a prova de ajuda financeira exige apenas um documento, consoante o artigo 372, II, da Instrução Normativa INSS n. 77/15, que prevê que havendo declaração de que estava separado de fato, o cônjuge terá direito à pensão por morte, desde que apresente, no mínimo, um documento que comprove o recebimento de ajuda financeira sob qualquer forma ou recebimento de pensão alimentícia<sup>84</sup>.

Desta forma, se comprovar que ainda dependia do segurado falecido para suprir suas necessidades básicas, pode o ex-companheiro(a) receber o benefício previdenciário da mesma forma que receberia caso percebesse pensão alimentícia.

#### *2.5.1.2 Cônjuge e companheiro(a) separado ou divorciado que recebe alimentos*

O pagamento de alimentos em favor de ex-cônjuge pressupõe, nos termos da legislação civil, a existência de possibilidade de quem paga e principalmente a necessidade de quem vai receber esses valores. Isso significa que o ex-cônjuge, ao ser beneficiado judicialmente com os alimentos, demonstra depender economicamente do ex-marido ou ex-esposa para manter o seu sustento<sup>85</sup>. Assim, assumida a obrigação alimentar pelo cônjuge, está comprovada a dependência econômica que garante o direito ao benefício previdenciário. Daí o §2º do artigo 76 da Lei n. 8.213/91 estabelecer:

Art. 76. A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer inscrição ou habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data da

<sup>83</sup> BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Apelação – reexame necessário. **APELREEX 50259234820114047100/RS**. Sexta Turma. Apelante: INSS. Apelado: Rosa Beatriz Ivo Rodrigues. Relator(a): Desembargadora Federal Vânia Hack de Almeida. Rio Grande do Sul, 28 de setembro de 2016. Disponível em: <https://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/394683795/apelacao-reexame-necessario-apelreex-50259234820114047100-rs-5025923-4820114047100?ref=juris-tabs>. Acesso em: 12 mar. 2018.

<sup>84</sup> FOLMANN, Melissa; SOARES, João Marcelino. **Pensão por morte de acordo com a Lei n. 13.135/15**. São Paulo: LTr, 2015, p. 95.

<sup>85</sup> MARTINS, Bruno Sá Freire. **A pensão por morte**. São Paulo: LTr, 2012, p. 41.

inscrição ou habilitação.  
 § 2º O cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato que recebia pensão de alimentos concorrerá em igualdade de condições com os dependentes referidos no inciso I do art. 16 desta Lei<sup>86</sup>.

Quanto à união estável têm entendido os Tribunais Pátrios que deve haver uma conjugação entre o § 2º do artigo 76 da Lei 8.213/91 e o § 3º do artigo 226 da Constituição Federal, permitindo, assim, que o(a) companheiro(a) que percebia alimentos possa receber a pensão por morte requerida. Veja-se a ementa do julgado a qual já foi citado o voto da Desembargadora Federal Vânia Hack de Almeida:

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. EX-COMPANHEIRA SEPARADA DE FATO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA COMPROVADA. BENEFÍCIO DEVIDO. 1. Os ex-companheiros perdem a qualidade de dependentes se ao tempo do óbito houver cessado a convivência, a não ser que tenha sido reconhecido em seu favor o direito à percepção de alimentos do de cujus. 2. A jurisprudência previdenciária desta Corte distingue duas situações nos casos de cônjuges separados que buscam provar a dependência econômica: (i) a dependência econômica do cônjuge separado que recebia pensão de alimentos é presumida (art. 76, § 2º c/c art. art. 16, § 4º); (ii) a dependência econômica do cônjuge separado que não recebia pensão de alimentos deve ser comprovada. 3. In casu, há nos autos prova material e testemunhal que comprova a dependência econômica da autora em relação ao de cujus. 4. Rateia-se a pensão entre autora e corré. (TRF-4 - APELREEX: 50259234820114047100 RS 5025923-48.2011.404.7100, Relator: VÂNIA HACK DE ALMEIDA, Data de Julgamento: 28/09/2016, SEXTA TURMA)<sup>87</sup>.

Desta maneira, resta claro que tanto o cônjuge quanto o(a) companheiro(a) separados ou divorciados que recebem alimentos fazem jus à pensão por morte, uma vez que a concessão de alimentos pressupõe a real necessidade de quem os recebe. Se em vida existe tal necessidade econômica, é evidente que a morte do segurado não cessará a dependência, razão pela qual estende-se a proteção previdenciária também ao cônjuge e o(a) companheiro(a) que recebiam alimentos.

<sup>86</sup> BRASIL. Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

<sup>87</sup> BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Apelação – reexame necessário. **APELREEX 50259234820114047100/RS**. Sexta Turma. Apelante: INSS. Apelado: Rosa Beatriz Ivo Rodrigues. Relator(a): Desembargadora Federal Vânia Hack de Almeida. Rio Grande do Sul, 28 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/394683795/apelacao-reexame-necessario-apelreex-50259234820114047100-rs-5025923-4820114047100?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

### 2.5.2 Filhos

No âmbito do Regime Geral a pensão por morte é concedida independentemente de idade aos filhos inválidos ou que tenham deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, e aos filhos menores de vinte e um anos (vinte e um anos é a idade em que se atinge a chamada maioridade previdenciária) que não sejam emancipados. Ainda, há que se falar que a legislação previdenciária, assim como prevê o Código Civil, não faz qualquer distinção entre filhos concebidos em núcleo familiar ou de forma adulterina, afastando a antiga distinção de direitos que havia entre os chamados filhos legítimos e os chamados filhos adulterinos ou espúrios<sup>88</sup>.

Quanto à invalidez, considera o INSS que esta deve ser uma incapacidade laboral total e permanente e que tenha surgido antes de completados vinte e um anos, ou antes de emancipação que opere a perda da qualidade de dependente, devendo manter-se de forma ininterrupta até a concessão do benefício. Assim, para o INSS, a invalidez posterior à emancipação ou à maioridade não confere direito ao benefício de pensão<sup>89</sup>. Entretanto, em reiterados entendimentos jurisprudenciais, o que importa é que a invalidez seja preexistente ao óbito do segurado:

ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. FILHO MAIOR. INVALIDEZ PRECEDENTE AO ÓBITO DO INSTITUIDOR. CONFIRMAÇÃO. DIFICULDADE DE FIXAÇÃO DE UM TERMO ESPECÍFICO. BENEFÍCIO DE NATUREZA CONTRIBUTIVA. 1. A orientação adotada na origem está consentânea com a jurisprudência desta Corte no sentido de que a invalidez deve anteceder o óbito do instituidor para que o filho inválido tenha direito à pensão por morte. Precedentes. 2. A fixação do período em que tem origem a incapacidade mental para deferimento da pensão a filho inválido é essencial para o exame do direito ao benefício. Diante das peculiaridades trazidas nos autos e da natureza contributiva do benefício, tem-se, no caso específico, a incapacidade como preexistente ao óbito do instituidor. 3. Recurso especial provido. (STJ - REsp: 1353931 RS 2011/0264516-0, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 19/09/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/09/2013)<sup>90</sup>.

<sup>88</sup> GOES, Hugo. **Manual de direito previdenciário**: teoria e questões. 8. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2014, p. 131.

<sup>89</sup> LEITÃO, André Studart; MEIRINHO, Augusto Grieco Sant'Anna. **Manual de direito previdenciário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 252.

<sup>90</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. **REsp 1353931/RS**. Segunda Turma. Recorrente: Leandro Zuffo Gadea. Recorrido: Universidade Federal de Santa Maria. Relator(a):

Conforme se depreende do julgado acima, a concessão da pensão por morte depende apenas da comprovação de que a invalidez é anterior ao óbito do instituidor do benefício. Por mais que o inválido seja maior de vinte e um anos ou emancipado, o que realmente importa é que a doença invalidante tenha surgido antes do falecimento do segurado.

### *2.5.3 Equiparados a filhos*

Conforme estabelece o § 2º do artigo 16 da Lei n. 8.213/91, o enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica por intermédio da apresentação dos documentos elencados no artigo 20 do Decreto n. 3.048/99. Ressalte-se que, neste caso, a dependência econômica é relativa, uma vez que é necessária sua comprovação através de prova documental.

Para o enteado ou o menor sob tutela ser beneficiário do RGPS, na qualidade de dependente, é necessário que os seguintes requisitos sejam preenchidos de forma cumulativa: (a) declaração escrita do segurado; (b) comprovação de dependência econômica; (c) o menor não possuir bens aptos a garantir-lhe o sustento e educação. Preenchidos estes requisitos, o enteado e o menor sob tutela passam a pertencer à lista dos dependentes preferenciais (classe I)<sup>91</sup>.

### *2.5.4 Pais*

Os pais, enquanto dependentes de segunda classe, devem comprovar sua dependência econômica (artigo 16, §4º, da Lei n. 8.213/91), podendo esta ser atestada documentalmente ou ser aferida pelo juiz no caso concreto<sup>92</sup>.

Ressalte-se que o artigo 16 da Lei n. 8.213/91 equipara o enteado ao filho, mas não equipara a madrasta e o padrasto aos pais. Mesmo tratando-se de

---

Min. Eliana Calmon. Rio Grande do Sul, 19 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24209327/recurso-especial-resp-1353931-rs-2011-0264516-0-stj/relatorio-e-voto-24209329?ref=juris-tabs>> Acesso em: 13 mar. 2018.

<sup>91</sup> GOES, Hugo. **Manual de direito previdenciário**: teoria e questões. 8. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2014, p. 134.

<sup>92</sup> CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 201.

parentesco por afinidade, já decidiu a jurisprudência que tal equiparação não é possível:

PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE DE ENTEADA. NÃO COMPROVADA A QUALIDADE DE DEPENDENTE DA MADRASTA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. BENEFÍCIO INDEVIDO. 1. Para a obtenção do benefício de pensão por morte deve a parte interessada preencher os requisitos estabelecidos na legislação previdenciária vigente à data do óbito, consoante iterativa jurisprudência dos Tribunais Superiores e desta Corte. 2. À míngua de previsão legal, a madrastra não pode ser considerada dependente do segurado, falecendo à autora, pois, o direito ao pensionamento almejado. Precedente da Corte. (TRF-4 - AC: 1047 RS 2008.71.13.001047-1, Relator: CELSO KIPPER, Data de Julgamento: 16/02/2011, SEXTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 21/02/2011)<sup>93</sup>.

No caso alhures, sustenta a madrastra que, por ser o enteado considerado dependente do segurado, deve também a madrastra, por extensão, ser considerada dependente da enteada. Entendeu o Relator que, mesmo que a lei equipare o enteado a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica, não há qualquer autorização legislativa ou jurisprudencial para aplicação de entendimento inverso. Sendo assim, não há que se falar que a madrastra ou padrasto, mesmo comprovando sua dependência econômica com enteado falecido, possam receber o benefício de pensão por morte.

#### 2.5.5 Irmãos

Não existindo dependentes de primeira e segunda classe, passam a figurar como dependentes do segurado, de acordo com o artigo 16, III, da Lei n. 8.213/91, os irmãos não emancipados, de qualquer condição, menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidos ou que tenham deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

Ainda, deve haver a comprovação da dependência econômica, a qual pode até ser parcial, porém deve representar um auxílio substancial, permanente e

<sup>93</sup> BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Apelação Cível. **AC 1047 RS 2008.71.13.001047-1**. Sexta Turma. Apelante: Iolanda Vivan Scalco. Apelado: INSS. Relator(a): Desembargador Federal Celso Kipper. Rio Grande do Sul, 16 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<https://trf4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18604912/apelacao-civel-ac-1047-rs-20087113001047-1-trf4?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

necessário, cuja falta acarretaria desequilíbrio dos meios de subsistência do dependente<sup>94</sup>.

Em âmbito administrativo exige-se para irmãos e filhos que a possível invalidez existente seja total, permanente e que tenha ocorrido antes da emancipação ou antes dos vinte e um anos de idade, continuando ininterruptamente até a concessão do benefício. Assim, para o INSS, uma vez perdida a qualidade de dependente, pela emancipação ou maioridade, a invalidez posterior não confere direito ao benefício<sup>95</sup>. Em juízo, entretanto, o que importa é que a invalidez do dependente exista no momento do óbito, conforme entendimento do STJ:

ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. FILHO MAIOR. **INVALIDEZ PRECEDENTE AO ÓBITO DO INSTITUIDOR.** CONFIRMAÇÃO. DIFICULDADE DE FIXAÇÃO DE UM TERMO ESPECÍFICO. BENEFÍCIO DE NATUREZA CONTRIBUTIVA. 1. A orientação adotada na origem está consentânea com a jurisprudência desta Corte no sentido de que **a invalidez deve anteceder o óbito do instituidor para que o filho inválido tenha direito à pensão por morte.** Precedentes. 2. A fixação do período em que tem origem a incapacidade mental para deferimento da pensão a filho inválido é essencial para o exame do direito ao benefício. Diante das peculiaridades trazidas nos autos e da natureza contributiva do benefício, tem-se, no caso específico, a incapacidade como preexistente ao óbito do instituidor. 3. Recurso especial provido.

(STJ - REsp: 1353931 RS 2011/0264516-0, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 19/09/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/09/2013)<sup>96</sup>. (grifo nosso)

Da análise do caso acima conclui-se que o entendimento jurisprudencial vai exatamente de encontro a exigência administrativa feita pelo INSS. Sendo assim, comprovada que a invalidez é anterior ao óbito do instituidor da pensão, terá direito o irmão ou o filho inválido à pensão previdenciária.

<sup>94</sup> FOLMANN, Melissa; SOARES, João Marcelino. **Pensão por morte de acordo com a Lei n. 13.135/15.** São Paulo: LTr, 2015, p. 134.

<sup>95</sup> FOLMANN, Melissa; SOARES, João Marcelino. **Pensão por morte de acordo com a Lei n. 13.135/15.** São Paulo: LTr, 2015, p. 110.

<sup>96</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. **REsp 1353931 RS 2011/0264516-0.** Segunda Turma. Recorrente: Leandro Zuffo Gadea. Recorrido: Universidade Federal de Santa Maria. Relator(a): Min. Eliana Calmon. Brasília, 19 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24209327/recurso-especial-resp-1353931-rs-2011-0264516-0-stj/relatorio-e-voto-24209329?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

### 2.5.6 *Concubino(a)*

Efetivamente, é possível verificar que a pensão por morte presta-se a amparar os dependentes do segurado em um momento delicado de suas vidas. Apesar disso, da análise do artigo 16 da Lei n. 8.213/91 percebe-se que os concubinos(as), apesar de efetivos dependentes do segurado, não são amparados pela proteção previdenciária. Este, inclusive, manteve-se como o entendimento majoritário da jurisprudência até que o tema alcançasse o nível de repercussão geral no Supremo Tribunal Federal.

Entretanto, como será tema do próximo capítulo, o(a) concubino(a) que demonstre sua dependência econômica deve fazer jus ao recebimento de pensão por morte, rateando esta com o cônjuge ou companheiro(a) sobrevivente.

### 3 A PENSÃO POR MORTE E O CONCUBINATO

#### 3.1 Conceito de família à luz da legislação civil

O conceito de família tem sofrido diversas variações ao longo do tempo. Com a Constituição de 1988, a família deixou sua forma singular e passou a ser plural, estabelecendo-se um rol exemplificativo de constituições, tais como o casamento, união estável e famílias monoparentais<sup>97</sup>.

Para a legislação civilista “família” é uma instituição social, composta por mais de uma pessoa física, que se irmanam no propósito de desenvolver entre si a solidariedade nos planos assistencial e da convivência ou simplesmente descendem uma da outra ou de um tronco comum<sup>98</sup>.

Ainda, o direito civil define a família como duas estruturas associadas: os vínculos e os grupos. Há três sortes de vínculos, que podem coexistir ou existir separadamente: vínculos de sangue, vínculos de direito e vínculos de afetividade. A partir dos vínculos de família é que se compõem os diversos grupos que a integram: grupo conjugal, grupo parental (pais e filhos) e grupos secundários (outros parentes e afins)<sup>99</sup>.

#### 3.2 Conceito de família à luz da legislação previdenciária

Já a legislação previdenciária possui um conceito mais restrito de “família”, advindo da Lei n. 8.742/93 (LOAS), mais precisamente em seu artigo 20, §1º:

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 1º Para os efeitos do disposto no caput, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)<sup>100</sup>

<sup>97</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Dicionário de direito de família e sucessões**. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 287-288.

<sup>98</sup> NADER, Paulo. **Curso de direito civil: direito de família**. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 3. v. 5.

<sup>99</sup> LÔBO, Paulo. **Direito civil: família**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 2.

<sup>100</sup> BRASIL. **Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm)> Acesso em: 13 mar. 2018.



Além desta definição, tem-se que as leis previdenciárias restringem-se a considerar como família apenas os dependentes elencados no artigo 16 da Lei n. 8.213/91 (tratados no capítulo anterior), a saber:

Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

II - os pais;

III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

IV - (Revogada pela Lei nº 9.032, de 1995)<sup>101</sup>

Diferentemente da legislação previdenciária, o Direito Civil considera a família formada além dos cônjuges ou companheiros e seus filhos, abrangendo também os parentes de linha reta ou colateral e os afins.

Assim, é possível concluir que o Direito Previdenciário não considera como dependentes aptos a receber os benefícios de auxílio-reclusão e pensão por morte a chamada família extensa, ou seja, aquela que se estende além do núcleo pai, mãe e filhos para outros parentes, como tios, sobrinhos, primos, cunhados e avós.

### 3.3 Concubinato – conceito e classificação

O concubinato, do latim *concubinatos*, sempre caminhou paralelamente à família constituída pelo casamento. O estudo e a regulamentação do concubinato nunca foram entendimentos pacíficos, especialmente no tocante às suas consequências jurídicas e patrimoniais.

Concubinato é a expressão usada para designar uma relação amorosa entre duas pessoas, constituindo famílias sem o selo da oficialidade do casamento, que até algumas décadas atrás tinha o sentido de “ilegitimidade”<sup>102</sup>.

Para Paulo Nader:

<sup>101</sup> BRASIL. **Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 14 mar. 2018.

<sup>102</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Dicionário de direito de família e sucessões**. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 176.

Concubinato é relação estável, afetiva, entre o homem e a mulher, quando existe impedimento matrimonial não decorrente de separação formalizada ou de fato. No plano patrimonial, direito haverá à partilha se ambos contribuíram com seu esforço para a aquisição de bens<sup>103</sup>.

Observa-se que se trata de convivência estabelecida entre pessoas que não podem ter união estável e estão impedidas de casar, como é o caso da pessoa casada não separada de fato, extrajudicialmente ou judicialmente, que convive com outra. Destaque-se que o artigo 1.727 do Código Civil também traz a definição de concubinato ao dizer que “as relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato”.

Quanto às espécies do concubinato tem-se que a doutrina estabelece duas espécies: puro, ou as ditas uniões estáveis, e impuro, no mais das vezes correspondente ao adultério. Concubinato puro é a relação reconhecida e amparada por nosso ordenamento jurídico, ao passo que concubinato impuro é a relação formalizada entre duas pessoas em que uma ou ambas estão impedidas de casar<sup>104</sup>. Os parceiros na união estável (concubinato puro) são designados por companheiros ou conviventes, enquanto no concubinato impuro são tratados por concubinos.

### 3.4 O direito à pensão do(a) concubino(a) impuro na prática: os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais

Diante da constante mudança das relações afetivas contemporâneas, doutrina e jurisprudência divergem ante a possibilidade de rateio da pensão por morte. Surgem no mundo jurídico, então, duas correntes: aquela que prega a divisão do benefício previdenciário e aquela que entende descabida tal divisão.

A primeira corrente, encabeçada pela doutrina e minoria na jurisprudência, entende pelo fracionamento da pensão, considerando que a família não se restringe àquela constituída por laços matrimoniais, sendo a concessão do benefício diretamente ligado ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, na medida em que garante ao dependente o mínimo necessário à sua subsistência quando da morte do provedor. Marcus Orione Gonçalves Correia afirma que se deve

---

<sup>103</sup> NADER, Paulo. **Curso de direito civil: direito de família**. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 582. v. 5.

<sup>104</sup> MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de direito de família**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 383.

considerar a situação à luz do princípio norteador da solidariedade, prestigiando a relação jurídica do(a) companheiro(a) ainda que sua relação com o(a) segurado(a) fosse estabelecida sem a ruptura do vínculo conjugal<sup>105</sup>.

A jurisprudência é minoritária neste sentido, entendendo alguns julgadores que o companheirismo para fins de proteção previdenciária é mais amplo do que o da legislação civil, vez que o Direito Previdenciário ampara aqueles que dependem de fato do segurado, ainda que a relação jurídica seja vedada por lei. A exemplo desta posição, colaciona-se o seguinte julgado:

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RATEIO ENTRE ESPOSA E CONCUBINA. POSSIBILIDADE. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. COMPROVAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. 1. Para a obtenção do benefício de pensão por morte deve a parte interessada preencher os requisitos estabelecidos na legislação previdenciária vigente à data do óbito, consoante iterativa jurisprudência dos Tribunais Superiores e desta Corte. 2. **Inconteste a qualidade de segurado do instituidor da pensão, presumida a dependência econômica da esposa e demonstrada a união estável entre a concubina e o de cujus, deve ser rateado o benefício.** 3. O Supremo Tribunal Federal reconheceu no RE 870947, com repercussão geral, a inconstitucionalidade do uso da TR, determinando a adoção do IPCA-E para o cálculo da correção monetária nas dívidas não-tributárias da Fazenda Pública. 4. Os juros de mora, a contar da citação, devem incidir à taxa de 1% ao mês, até 29-06-2009. A partir de então, incidem uma única vez, até o efetivo pagamento do débito, segundo o índice oficial de remuneração básica aplicado à caderneta de poupança. 5. Precedente do Supremo Tribunal Federal com efeito vinculante, que deve ser observado, inclusive, pelos órgãos do Poder Judiciário. (TRF4, AC 5047881-16.2017.4.04.9999, SEXTA TURMA, Relator ARTUR CÉSAR DE SOUZA, juntado aos autos em 12/12/2017)<sup>106</sup>. (grifo nosso)

A segunda corrente, contrária à opinião da doutrina e maioria na jurisprudência, entende pelo não fracionamento da pensão, acreditando que, de acordo com o artigo 226, §3º, da Constituição Federal, a facilidade pretendida para a união estável seria visando necessariamente o casamento e, se há impedimento

<sup>105</sup> CORREIA, Érica Paula Barcha; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. **Curso de direito da seguridade social**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

<sup>106</sup> BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Apelação Cível. **AC 5047881-16.2017.4.04.9999**. Sexta Turma. Apelante: Maria Terezinha Heck. Apelado: INSS e Teresinha Oppermann. Relator(a): Desembargador Federal Artur César de Souza. Rio Grande do Sul, 06 de dezembro de 2017. Disponível em: <[https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/resultado\\_pesquisa.php](https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/resultado_pesquisa.php)>. Acesso em: 14 mar. 2018.

para o matrimônio, o raciocínio seria pela impossibilidade de união estável do(a) segurado(a) ainda casado(a).

A jurisprudência ainda não é pacífica sobre o tema, mas, como dito, nota-se a prevalência da não concessão da pensão por morte ao(a) viúvo(a) concubino(a). A exemplo do entendimento majoritário segue julgado do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em decisão dada pela 2ª Turma, Relator Desembargador Federal João Luiz de Sousa:

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. TRABALHADOR URBANO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. **UNIÃO ESTÁVEL NÃO COMPROVADA.** PRINCÍPIO DA VALORAÇÃO DA PROVA. CONCUBINATO. **IMPOSSIBILIDADE DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO.**

1. Para que os dependentes do segurado tenham direito à percepção do benefício de pensão por morte, perfaz-se necessária a presença de alguns requisitos à sua concessão, quais sejam: a) o óbito do segurado; b) a qualidade de dependente; e c) a dependência econômica, que pode ser presumida ou comprovada (art. 16, § 4º, da Lei 8.213/91). 2. Segundo a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte, deve-se aplicar, para a concessão de benefício de pensão por morte, a legislação vigente ao tempo do óbito do instituidor (AgRg no REsp 778.012/MG, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 20/10/2009, DJe 09/11/2009 e AC 2006.38.00.027290-4/MG, Rel. Desembargador Federal Francisco De Assis Betti, Segunda Turma, e-DJF1 p.225 de 29/10/2009). 3. "Para a caracterização da união estável devem-se considerar diversos elementos, tais como o ânimo de constituir família, o respeito mútuo, a comunhão de interesses, a fidelidade e a estabilidade da relação, não esgotando os pressupostos somente na coabitação" (STJ, AgRg nos EDcl no REsp 805265/AL, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (Desembargador Convocado do TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 14/09/2010, DJe 21/09/2010). **4. A união estável pressupõe a inexistência de impedimentos para a consolidação do casamento formal, de modo que se demonstra necessário que sejam solteiros, separados de fato ou judicialmente, divorciados ou viúvos, sob pena de caracterizar o concubinato impuro ou concubinato adulterino, situação não autorizadora à concessão da pensão por morte.** 5. Na hipótese, houve a apresentação da certidão de óbito, indicando o falecimento em 20/11/2006 (fls. 13), e a tela de informações do CNIS (fls. 58), comprovando a qualidade de segurado do instituidor; além do que, não foram impugnados pela autarquia previdenciária, resultando em fato incontroverso. **6. Da análise dos documentos carreados aos autos e dos assentos das testemunhas, verifica-se que o falecido era casado, desde 28/09/1974 (fls. 17), com Alaércia Andrade Siqueira, não restando demonstrada eventual separação de fato até a data do decesso, constituindo, dessa forma, impedimento para o reconhecimento da união estável.** Corroborar nesse sentido a decisão da ação declaratória de

reconhecimento de sociedade de fato n. 200700498103, protocolada pela parte autora na 1ª Vara de Famílias e Sucessões da comarca de Quirinópolis/GO, concluindo o Tribunal daquele estado pela improcedência do pedido da requerente, tendo em vista a impossibilidade de reconhecimento de união estável concomitantemente com o matrimônio. **7. Não preenchido o requisito de qualidade de dependente da parte autora, incabível a concessão do benefício requestado.** 8. Apelação da parte autora desprovida.

(TRF-1 – AC: 0012453-51.2016.4.01.9199 – GO, Relator: Desembargador Federal João Luiz de Sousa, Data de Julgamento: 28/06/2017, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: e-DJF1 11/07/2017)<sup>107</sup>. (grifo nosso)

No caso, a Apelante, concubina impura do *de cujus*, ajuizou ação na tentativa de reconhecimento da união que mantinha com o falecido e sua consequente caracterização como dependente apta a perceber o benefício de pensão por morte.

Ao ter seu pedido indeferido em primeira instância, entrou com recurso de Apelação contra a viúva do morto e o INSS. Conforme o acórdão, a união estável pressupõe a inexistência de impedimentos para a consolidação do casamento formal, de modo que se demonstra necessário que as partes sejam solteiras, separadas de fato ou judicialmente, divorciadas ou viúvas, sob pena de caracterizar o concubinato impuro ou concubinato adulterino, situação não autorizadora à concessão da pensão por morte. Por não caracterizar a situação da Apelante relação de união estável e sim de concubinato impuro, o apelo foi unanimemente desprovido e a pensão não foi rateada.

Como visto no *decisum* acima, na esfera administrativa o(a) concubino(a) não possui direito algum a benefício administrativo e neste norte segue a jurisprudência. Assim, se o(a) segurado(a) se encontra casado(a), sem estar separado judicialmente ou de fato, e mantém relações amorosas com uma terceira pessoa, há um impedimento matrimonial (artigo 1.521, VI, CC); logo, não se pode configurar a união estável, recaiando-se a relação extraconjugal em um concubinato adulterino, portanto, sem efeitos previdenciários<sup>108</sup>.

<sup>107</sup> BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Apelação Cível. **AC 0012453-51.2016.4.01.9199**. Segunda Turma. Apelante: Albenice Andrade Silva Apelado: Alaercia Andrade de Siqueira e INSS. Relator(a): Desembargador Federal João Luiz de Sousa. Goiânia, 28 de junho de 2017. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/juris/trf1/RespostaTRF1>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

<sup>108</sup> FOLMANN, Melissa; SOARES, João Marcelino. **Pensão por morte de acordo com a Lei n. 13.135/15**. São Paulo: LTr, 2015, p. 97.

Em mais uma Apelação cível decidida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desta vez pela 2ª Câmara Regional Previdenciária do estado de Minas Gerais, julgou-se pela impossibilidade de divisão da pensão entre viúva e concubina. Veja-se:

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. COMPANHEIRA. UNIÃO ESTÁVEL. **AUSÊNCIA DE SEPARAÇÃO DE FATO COM A ESPOSA. CONCUBINATO.** SENTENÇA DA JUSTIÇA ESTADUAL TRÂNSITA EM JULGADO DESFAVORÁVEL À PARTE AUTORA. AGRAVO RETIDO. AUSÊNCIA DE REITERAÇÃO PARA JULGAMENTO. NÃO CONHECIMENTO. APELAÇÃO DESPROVIDA. 1. Trata-se de agravo retido (fls. 354/356) e de apelação da parte autora (fls. 368/375) em face da sentença de fls. 362/366 do Juízo da 18ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais, que julgou improcedente pedido em ação de 20/11/2006 sobre pensão por morte de companheiro, ocorrida em 11/04/2005, cujo companheiro não estava separado de fato. 2. - AGRAVO RETIDO: Não se conhece do agravo retido, dada a ausência de manifestação para que ele fosse conhecido, nos termos do art. 523, § 1º, do CPC/1973. 3. - APELAÇÃO: No caso, para fins de ser beneficiária da pensão por morte, necessário que a parte autora comprovasse a sua condição de companheira, nos termos do art. 16, I, da Lei 8.213/91, o que não correu na espécie, já que postulou ação nesse sentido perante a Justiça Estadual de Belo Horizonte (fls. 266/276, processo 024.07.429.773-0, numeração única 2000324-90.2013.8.13.0024), na qual teve seu pedido julgado improcedente, inclusive já com trânsito em julgado, conforme noticiado nas contrarrazões e se pode facilmente conferir no andamento processual ([http://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc\\_movimentacoes.jsp?comrCodigo=24&numero=1&listaProcessos=13200032](http://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_movimentacoes.jsp?comrCodigo=24&numero=1&listaProcessos=13200032) - consulta em 19/10/16, às 10h47min). 4. - **Na sentença do juízo estadual (fls. 266/276) trânsito em julgado restou assentado que: "ressalte-se que a jurisprudência vem legitimando a hipótese de união estável, ainda que um ou ambos os conviventes sejam casados, mas, frise-se, desde que esteja(m) separado(s) de fato, ou seja, desde que esteja desfeita a sociedade conjugal, o que não se deu, in casu, repete-se. / Uma vez que o relacionamento havido entre as partes caracterizou-se como concubinato impuro, eventual partilha dos bens adquiridos só teria guarida se houvesse efetiva comprovação da contribuição econômica-financeira para suas aquisições; tal comprovação, permissa vênua, não ficou caracterizada".** 5. - Nessa esteira, e acertadamente, a sentença ora recorrida não deixa margens para dúvidas quanto ao desprovimento do pedido da parte autora, pois, com efeito, "o entendimento esposado na ação de reconhecimento de união estável encontra ressonância na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o qual, no julgamento do recurso extraordinário nº 397762, decidiu que a proteção do Estado à União estável alcança apenas as situações legítimas. / Assim, ainda que os documentos existentes nos autos evidenciem que a autora manteve relacionamento amoroso com o falecido, tal constatação, por si só, é

insuficiente para a concessão do benefício previdenciário pleiteado. **Isso porque o de cujus era casado, não era separado de fato de sua então esposa, ora ré neste feito, o que afasta a caracterização da união estável, nos precisos termos do precedente acima citado do Supremo Tribunal Federal - STF (RE 397762).**" 6. - Agravo retido não conhecido, apelação desprovida. (TRF-1 – AC: 0035711-40.2006.4.01.3800 - MG, Relator: Juiz Federal Grigório Carlos dos Santos, Data de Julgamento: 28/11/2016, SEGUNDA CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS, Data de Publicação: e-DJF1 14/03/2017)<sup>109</sup>. (grifo nosso)

No caso em voga, apelou a Autora por ter seu pedido de rateio de pensão indeferido em primeira instância ante o não reconhecimento de sua união com o falecido como união estável regular, e sim, concubinato impuro. Conforme o acórdão que seguiu o entendimento da sentença de primeiro grau, trata-se de comprovada relação de concubinato impuro, situação ilegítima que não possui proteção do Estado. Assim, a mera constatação de relacionamento amoroso é insuficiente para a concessão do benefício previdenciário pleiteado, devendo-se levar em consideração que o falecido não era separado de fato de sua esposa.

Merece salientar que muitos também são os casos em que concubinos(as) de servidores públicos solicitam a divisão da pensão do falecido com a viúva, tendo seu pedido negado em primeira e segunda instância, como é o exemplo do julgado a seguir:

PREVIDENCIÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR AFASTADA. PENSÃO POR MORTE. **IMPOSSIBILIDADE DE RATEIO ENTRE A ESPOSA E A CONCUBINA. DE CUJUS CASADO À ÉPOCA DO ÓBITO.** PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NESTE SENTIDO. RECURSO DA AUTORA CONHECIDO E DESPROVIDO. [...] **não é possível o rateio da pensão por morte entre a concubina e a mulher do servidor se a união conjugal foi mantida concomitantemente, por nunca ter sido desfeita pela separação de direito (judicialmente ou por escritura pública) ou de fato.** Efetivamente, de acordo com o Código Civil de 2002, a pessoa casada está impedida de casar-se novamente, sob pena de incorrer em bigamia, e, em face do impedimento, não é possível a formação da união estável, de modo que "as relações

<sup>109</sup> BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Apelação Cível. **AC 0035711-40.2006.4.01.3800**. Segunda Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais. Apelante: Márcia Aparecida Ferreira. Apelado: Marta Guelman e INSS. Relator(a): Juiz Federal Grigório Carlos dos Santos (Relator convocado). Minas Gerais, 28 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://trf1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/439905192/apelacao-civel-ac-357114020064013800-0035711-4020064013800/relatorio-e-voto-439905206?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato". É considerado "impuro" o concubinato quando ele concorre com o relacionamento conjugal não desfeito nem mesmo de fato, não sendo possível, nesse caso, a constituição de direitos em favor da concubina. (TJ-SC - AC: 20140910649 Mafra 2014.091064-9, Relator: Júlio César Knoll, Data de Julgamento: 15/03/2016, Terceira Câmara de Direito Público)<sup>110</sup>. (grifo nosso)

Já da análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, constata-se também o entendimento no sentido de não divisão da pensão por morte em caso de concubinato dito impuro, pois:

Sendo o ordenamento jurídico um organismo harmônico, é inconcebível configurar como união estável uma relação que não tem aptidão para ser convertida em casamento, notadamente porque nosso arcabouço legal veda a possibilidade de pessoa casada contrair novas núpcias, como se constata dos arts. 1.521, VI, do Código Civil e 235 do Código Penal<sup>111</sup>.

Destaque-se a seguir julgado em que o Tribunal Superior confirma o descabimento do compartilhamento de pensão por morte entre viúva e concubina, uma vez que a pensão previdenciária somente é devida quando configurada a relação matrimonial ou união estável:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO DE FAMÍLIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. **CONCUBINATO E UNIÃO ESTÁVEL**. CARACTERIZAÇÃO. DIFERENÇA DE INSTITUTOS E EFEITOS JURÍDICOS. PARTILHA DE BENS. ESFORÇO COMUM. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. 1. Não há falar em comprovação do dissídio pretoriano, na forma exigida pelos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, quando ausente a similitude fática entre os acórdãos confrontados. **2. Esta Corte Superior consagrou o entendimento de que a relação concubinária, paralela a casamento válido, não pode ser reconhecida como união estável, salvo se configurada separação de fato ou judicial entre**

<sup>110</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Apelação Cível. AC 20140910649. Terceira Câmara de Direito Público. Apelante: N. M. W. da S. Apelado: Dalva da Silva Campos e Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV). Relator(a): Desembargador Júlio César Knoll. Florianópolis, 15 de março de 2016. Disponível em: <<https://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/322150678/apelacao-civel-ac-20140910649-mafra-2014091064-9>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

<sup>111</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial. **AgRg no REsp: 1267832 RS 2011/0172703-6**. Quinta Turma. Agravante: Soeli Luiza Wazlavick. Agravado: INSS. Relator(a): Min. Jorge Mussi. Brasília, 13 de dezembro de 2011. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21285815/agravo-regimental-no-recurso-especial-agrg-no-resp-1267832-rs-2011-0172703-6-stj?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 14 mar. 2018.



os cônjuges. 3. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça possuem jurisprudência firmada na vertente de ser descabido o compartilhamento da pensão por morte entre a viúva e a concubina, uma vez que a pensão previdenciária somente é devida quando configurada a relação matrimonial ou a união estável, sendo inadmissível quando se tratar de concubinato. 4. Se o Tribunal de origem, com base no acervo fático e probatório dos autos, consignou que a concubina não logrou comprovar sua efetiva colaboração para a construção do patrimônio do de cujus, pelo que, ainda que se considerasse eventual sociedade de fato, não haveria bem a partilhar, chegar a conclusão diversa - no sentido da ocorrência de esforço comum -, demandaria o reexame de fatos e provas, o que é vedado na via especial, a teor da Súmula 07 do STJ. 5. Aferir se os bens doados à concubina estavam abrangidos ou não pela comunhão universal é procedimento que encontra óbice na Súmula 07 do STJ, por demandar reexame dos elementos de fato e de prova dos autos. 6. Agravo regimental a que se nega provimento.

(STJ - AgRg no Ag: 683975 RS 2005/0090735-7, Relator: Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), Data de Julgamento: 18/08/2009, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: --> DJe 02/09/2009)<sup>112</sup>. (grifo nosso)

No caso acima, a Agravante alega que faz jus a um percentual da pensão paga à viúva, uma vez que sua relação com o falecido preenche todos os requisitos de união estável, mesmo que se tratando de relação concubinária. Entretanto, conforme o acórdão, é indevida a pensão quando a relação é paralela ao casamento, ou seja, de concubinato.

Como já mencionado anteriormente, a *contrario sensu* da jurisprudência dominante, a doutrina é inteligente ao defender a repartição da pensão por morte. Conforme Eduardo Rocha Dias:

A previdência social não tem preocupação voltada para a proteção da família legítima (esta não é a preocupação específica da previdência social), mas para a proteção da pessoa em estado de necessidade. Se o(a) segurado(a) casado(a) mantinha uma companheira ou um companheiro que dele(a) dependia economicamente, tal pessoa deverá receber a proteção previdenciária quando esse(a) segurado(a) faltar, pois, caso contrário, o estado de necessidade se estabelecerá. Ademais, a Lei 8.213/91 colocou lado a lado, como dependentes do segurado, o

<sup>112</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento. **AgRg no Ag 683975 RS 2005/0090735-7**. Terceira Turma. Agravante: C.C. Agravado: O.S.G. e Outro. Relator(a): Min. Vasco Della Giustina (Desembargador convocado do TJ/RS). Brasília, 18 de agosto de 2009. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6060691/agravo-regimental-no-agravo-de-instrumento-agrg-no-ag-683975-rs-2005-0090735-7-stj/relatorio-e-voto-12192213>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

cônjuge e o companheiro ou companheira, não fazendo qualquer menção de preferência de um em relação ao outro<sup>113</sup>.

Também a favor da divisão, Fábio Zambitte Ibrahim assevera que o Direito Previdenciário trata os dependentes como pessoas que dependem economicamente do(a) segurado(a), de modo que o sistema protetivo possa garantir um mínimo de sobrevivência a tais indivíduos. Não admitir a divisão da pensão não encontra respaldo frente aos direitos sociais, especialmente aqueles que visam assegurar a vida digna, e significaria condenar dependentes previdenciariamente legítimos à miséria<sup>114</sup>.

Por fim, analisando-se as decisões da Corte Suprema sobre o assunto, é possível encontrar dois julgados emblemáticos. O primeiro Recurso Extraordinário (RE 397.762/BA), julgado em 03/06/2008, decidiu que a pensão por morte do *de cujus* deveria ser concedida apenas à sua esposa, não dividindo-a com sua concubina por trinta e sete anos. No caso, o Tribunal de Justiça da Bahia chegou a reconhecer a existência de união estável entre falecido e concubina, dando a ela o direito a parte da pensão. O Relator da ação, Ministro Marco Aurélio de Mello, afirmou em seu voto que a relação entre *de cujus* e concubina não era de união estável, não estando coberta pelas garantidas dadas por nossa Constituição Federal. Disse o Ministro em parte de seu voto:

[...] Então, o que se tem é que, em detrimento do casamento havido até a data da morte do servidor, veio o Estado, na dicção do Tribunal de Justiça da Bahia, a placitar, com consequências jurídicas, certa união que, iniludivelmente, não pode ser considerada como merecedora da proteção do Estado, porque a conflitar, a mais não poder, com o direito posto.

É certo que o atual Código Civil versa, ao contrário do anterior, de 1916, sobre a união estável, realidade a consubstanciar núcleo familiar. Entretanto, na previsão está excepcionada a proteção do Estado quando existente impedimento para o casamento relativamente aos integrantes da união, sendo que, se um deles é casado, esse estado civil apenas deixa de ser óbice quando verificada a separação de fato. A regra é fruto do texto constitucional e, portanto, não se pode olvidar que, ao falecer, o varão encontrava-se na chefia da família oficial, vivendo com a esposa. O que se percebe é que houve um envolvimento forte - de Valdemar do Amor Divino dos Santos e Joana da Paixão Luz -, projetado no tempo - 37 anos -, dele surgindo prole numerosa - nove filhos -, mas que não

<sup>113</sup> DIAS, Eduardo Rocha. **Curso de direito previdenciário**. 1. ed. São Paulo: Método, 2008, p. 183.

<sup>114</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 17. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

surte efeitos jurídicos ante a ilegitimidade, ante o fato de o companheiro haver mantido o casamento com quem contraíra núpcias e com quem tivera onze filhos. Abandone-se a tentação de implementar o que poderia ser tida como uma justiça salomônica, porquanto a segurança jurídica pressupõe o respeito às balizas legais, a obediência irrestrita às balizas constitucionais. No caso, vislumbrou-se união estável quando, na verdade, verificado simples concubinato, conforme pedagogicamente previsto no artigo 1.727 do Código Civil: Art. 1.727. As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato. O concubinato não se iguala à união estável, no que esta acaba fazendo às vezes, em termos de consequências, do casamento. Gera, quando muito, a denominada sociedade de fato. Tenho como infringido pela Corte de origem o § 3º do artigo 226 da Constituição Federal, razão pela qual conheço e provejo o recurso para restabelecer a sentença prolatada pelo Juízo<sup>115</sup>.

A divergência foi encontrada justamente no voto do Ministro Carlos Ayres Britto, único que votou a favor da divisão da pensão, que afirmou que o que importa é a formação em si de um duradouro núcleo doméstico, entendendo que as duas mulheres tiveram a mesma perda e estariam sofrendo as mesmas consequências sentimentais e financeiras. Reiterou o Ministro em parte de seu voto:

[...] Em síntese, esse é mais um campo de regulação em que a Constituição brasileira dá mostras de respirar os depurados ares de uma nova quadra histórica. Um tempo do mais decidido prestígio para o direito à liberdade amorosa e, por consequência, ao princípio da “dignidade da pessoa humana” (inciso III do art. 1º). A implicar trato conceitual mais dilatado para a figura jurídica da família, portanto. Indo a presente ordem constitucional bem além do que foi a Carta precedente (a de 1967/1969), que apenas contemplava o casamento como forma de legítima fundação dos núcleos domésticos, *literis*: “A família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos Poderes Públicos” (Art. 167). No caso dos presentes autos, o acórdão de que se recorre tem lastro factual comprobatório da estabilidade da relação de companheirismo que mantinha a parte recorrida com o de cujus, então segurado da previdência social. Relação amorosa de que resultou filiação e que fez da companheira uma dependente econômica do seu então parceiro, de modo a atrair para a resolução deste litígio o § 3º do art. 226 da Constituição Federal. Pelo que, também desconsiderando a relação de casamento civil que o então segurado mantinha com outra mulher, perfilho o entendimento da Corte Estadual para desprover,

<sup>115</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário. **RE 397.762/BA**. Primeira Turma. Recorrente: Estado da Bahia. Recorrido: Joana da Paixão Luz. Relator(a): Min. Marco Aurélio. Brasília, 03 de junho de 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadornpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=547259>>. Acesso em: 14 mar. 2018

como efetivamente desprovejo, o excepcional apelo. O que faço com as vênias de estilo ao relator do feito, ministro Marco Aurélio<sup>116</sup>.

Já o segundo Recurso Extraordinário (RE 669.465/ES) que merece destaque é justamente aquele que, em 2012, deu ao tema o efeito de repercussão geral da questão constitucional suscitada. Neste caso, a Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Espírito Santo assegurou à concubina impura o direito a ratear a pensão por morte do falecido com a viúva. Recorreu o INSS ao Supremo Tribunal Federal alegando a impossibilidade de se conferir efeitos previdenciários ante a hipótese de concubinato impuro e sustentando que a Constituição Federal, ao equiparar a união estável ao casamento, teria o objetivo de proteger a entidade familiar, motivo pelo qual somente resguardaria os direitos dos companheiros livres de obstáculos que tornem inviável o matrimônio.

Aduziu o órgão previdenciário ser o concubinato um relacionamento ilícito, não havendo, assim, qualquer direito da concubina ao recebimento da pensão decorrente de morte. Sob o ângulo da repercussão geral, afirmou ultrapassar o tema o interesse subjetivo das partes, mostrando-se relevante do ponto de vista social e econômico, porquanto a decisão impugnada, caso mantida, implica obrigar o próprio INSS ao pagamento de pensão por morte à esposa e à concubina, ainda que de forma rateada, sendo necessário o estabelecimento da extensão e do alcance da união estável no direito brasileiro<sup>117</sup>. Sendo assim, conforme acórdão colacionado a seguir, foi reconhecido pelo ministro relator Luiz Fux a repercussão geral do tema:

**REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 669.465 ESPÍRITO SANTO** Cuida-se de recurso extraordinário interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS, com fulcro no art. 102, III, "a", da Constituição Federal de 1988, em face de v. acórdão prolatado Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Estado do Espírito Santo, assim ementado: "PREVIDENCIÁRIO – PENSÃO POR MORTE – CONCUBINATO

<sup>116</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário. **RE 397.762/BA**. Primeira Turma. Recorrente: Estado da Bahia. Recorrido: Joana da Paixão Luz. Relator(a): Min. Marco Aurélio. Brasília, 03 de junho de 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=547259>>. Acesso em: 14 mar. 2018

<sup>117</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário. **RE 669.465/ES**. Plenário. Recorrente: INSS. Recorrido: Shirley Maria da Penha Bussular. Relator(a): Min. Luiz Fux. Brasília, 08 de março de 2012. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/311629361/repercussao-geral-no-recurso-extraordinario-rg-re-669465-es-espírito-santo/inteiro-teor-311629371?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 14 mar. 2018

IMPURO DE LONGA DURAÇÃO – DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA – FILHO EM COMUM – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.” Em suas razões recursais, o recorrente aponta violação ao artigo 226, § 3º, da Constituição Federal, sustentando, em síntese, que **“não sendo possível reconhecer a união estável entre o falecido e a autora, diante da circunstância de o primeiro ter permanecido casado, vivendo com esposa até a morte, deve-se menos ainda atribuir efeitos previdenciários ao concubinato impuro.** Nessa linha de raciocínio, a união estável apenas ampara aqueles conviventes que se encontram livres de qualquer impedimento que torne inviável possível casamento” (fl. 147). Não há, in casu, necessidade de reexame de provas, porquanto já estabelecido nas vias ordinárias que “o falecido viveu por mais de 20 anos com a autora, em união pública e notória, apesar de ser casado”. A vexata quaestio consiste em averiguar, à luz do art. 226, § 3º, da Carta Magna (“Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”), se é possível reconhecer direitos previdenciários à pessoa que, durante longo período e com aparência familiar, manteve união com pessoa casada. **A matéria não é novidade nesta Corte, tendo sido apreciada algumas vezes nos órgãos fracionários, sem que se possa, contudo, afirmar que se estabeleceu jurisprudência.** Colho, à guisa de exemplo, os seguintes acórdãos: Agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Militar. Pensão. Rateio entre ex-cônjuge e companheira. Possibilidade. 3. Incidência da Súmula 279. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (decisão unânime no RE 575122 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 14/12/2010, DJe-025 DIVULG 07-02-2011 PUBLIC 08-02-2011 EMENT VOL02459-02 PP-00388) COMPANHEIRA E CONCUBINA - DISTINÇÃO. Sendo o Direito uma verdadeira ciência, impossível é confundir institutos, expressões e vocábulos, sob pena de prevalecer a babel. UNIÃO ESTÁVEL - PROTEÇÃO DO ESTADO. A proteção do Estado à união estável alcança apenas as situações legítimas e nestas não está incluído o concubinato. PENSÃO - SERVIDOR PÚBLICO - MULHER - CONCUBINA - DIREITO. A titularidade da pensão decorrente do falecimento de servidor público pressupõe vínculo agasalhado pelo ordenamento jurídico, mostrando-se impróprio o implemento de divisão a beneficiar, em detrimento da família, a concubina. (decisão não unânime no RE 590779, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 10/02/2009, DJe-059 DIVULG 26-03-2009 PUBLIC 27-03-2009 EMENT VOL02354-05 PP-01058 RTJ VOL-00210-02 PP-00934 RB v. 21, n. 546, 2009, p. 21-23 LEXSTF v. 31, n. 363, 2009, p. 292-301 RJTJRS v. 46, n. 279, 2011, p. 33-38) **Considero que a matéria possui Repercussão Geral, apta a atingir inúmeros casos que exsurgem na realidade social, envolvendo a extensão normativa do art. 201, V, e 226, § 3º, da CRFB. Ex positis, submeto o tema à apreciação dos demais Ministros da Corte**<sup>118</sup>. (grifo nosso)

<sup>118</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário. RE 669.465/ES. Plenário.

Dado todo o exposto, é possível concluir que resiste a jurisprudência em reconhecer direitos em favor do parceiro do cônjuge infiel, ainda que isso leve ao enriquecimento ilícito de um em detrimento do outro<sup>119</sup>. Ao passo que os Tribunais negam o compartilhamento da pensão por morte previdenciária, insurge-se a doutrina contrariamente a este entendimento.

O objetivo deste estudo acadêmico foi demonstrar a real necessidade de rateio da pensão por morte entre viúvo(a) e concubino(a) a partir das visões doutrinárias e jurisprudenciais. Demonstrou-se que o tema, embora não seja novo, é atual na medida em que surgem aspectos fáticos e jurídicos que devem ser acompanhados de mudanças legislativas e evolução jurisprudencial.

Foi possível observar que a família é a base da sociedade e merece proteção especial do Estado, não se restringindo a laços matrimoniais. A Constituição Federal de 1988 não impõe critérios diferenciadores de famílias, uma vez que isto seria discriminatório e incompatível com a essência da nossa atual Carta Magna.

Demonstrou-se que a dependência econômica advém de situações fáticas que não devem restringir-se a relações de afeto necessariamente elencadas em lei. O conceito de família foi reinventado e amplia-se a cada dia, devendo-se levar em consideração o afeto, único elo capaz de gerar consequências de ordem pessoal e patrimonial.

Sendo assim, conclui-se que a pensão por morte deve ser compartilhada entre viúvo(a) e concubino(a), uma vez que a proteção previdenciária é muito mais ampla e não deve se restringir a conceitos civilistas engessados. A Previdência busca exatamente amparar o indivíduo em momentos tormentosos de sua vida e o desamparo gerado pelo evento da morte, ainda que no seio de uma relação concubinária, não pode ser simplesmente ignorado.

---

Recorrente: INSS. Recorrido: Shirley Maria da Penha Bussular. Relator(a): Min. Luiz Fux. Brasília, 08 de março de 2012. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/311629361/repercussao-geral-no-recurso-extraordinario-rg-re-669465-es-espírito-santo/inteiro-teor-311629371?ref=juris-tabs>>. Acesso em 14 mar. 2018.

<sup>119</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 297.

## CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo acadêmico foi, por meio de uma detida análise, mostrar ao leitor a possibilidade ou não de rateio da pensão por morte entre viúvo(a) e concubino(a). Ante a vasta argumentação e os conceitos trazidos neste trabalho, conclui-se que o tema ainda não é pacificado na doutrina e nos Tribunais brasileiros.

Após breve introdução, foram apresentadas no capítulo um as definições básicas sobre a Seguridade Social no Brasil, caracterizando-se a Saúde, a Assistência Social e a Previdência Social, bem como os planos previdenciários brasileiros, os requisitos para filiação e inscrição, a qualidade de segurado, os beneficiários da Previdência Social, os benefícios da Previdência Social e os conceitos de período de carência e salário de benefício.

No capítulo dois adentrou-se na pensão por morte em si, compreendendo-se seu conceito, requisitos, o período de carência necessário para sua concessão, a duração do benefício e os diversos beneficiários aptos a recebê-la.

Já no terceiro capítulo estudou-se o tema principal deste trabalho, qual seja, a possibilidade de fracionamento da pensão por morte entre viúvo(a) e concubino(a). Foram trazidos os conceitos atuais de família à luz da legislação civil e da legislação previdenciária, além do conceito e classificação dados atualmente ao concubinato.

Por fim, discutiram-se os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais acerca do tema, sempre buscando opiniões de autores e julgados de diversos Tribunais.

O que se pode concluir, enfim, é que acertadamente tem entendido a doutrina pelo rateio da pensão, ao passo que, *data venia*, tem erroneamente entendido a jurisprudência e o INSS pela não garantia deste direito ao concubino(a) impuro.

Há que se afirmar que a Constituição Federal de 1988 não mais permite uma hermenêutica fechada e restrita no âmbito de Direito de Família, fazendo-se imprescindível a observância dos valores elencados pela Carta Magna e a superação do entendimento que não aceite o concubinato impuro também como um modelo de família.

Ora, o que se vê é a restrição do concubinato a um mero relacionamento esporádico de amantes que visam somente prazer sexual, quando, em verdade,

existem relacionamentos que duram anos e se fazem acompanhar de toda uma prole. Bastar a definição de concubinato impuro a uma relação extraconjugal e adúltera, que fere os princípios da família e destrói o lar, é simplista e estigmatizante.

A legislação deveria avançar para acompanhar a complexidade das relações sociais do mundo contemporâneo e proteger os relacionamentos estáveis, abandonando o preconceito existente pelo ordenamento jurídico. O casamento deixou de ser pressuposto para proteção à família, que não pode ser entendida apenas como aquela advinda de uma relação monogâmica.

A proteção social previdenciária não deve se subsumir a condutas morais e concepções ideais de vida e família. Trata-se de garantir meios mínimos de vida a quem efetivamente depende economicamente da pessoa falecida, sem entrar na definição de direito privado sobre o que deve ser uma família.

Ainda, o que se pretende tutelar é justamente o desamparo em que ficam as famílias com a contingência da morte. Quando o(a) segurado(a) falece o padrão de vida dos familiares pode mudar completamente, gerando muitas das vezes situações de desigualdade e dificuldade financeira.

Certamente o tema ainda deve demandar muito estudo e debate, mas, principalmente, uma mudança de paradigma cultural apta a abandonar ultrapassados conceitos morais e uma ultrapassada visão cultural de família para que, assim, sejam reconhecidos direitos às famílias simultâneas, seja na esfera civil como na previdenciária.



## REFERÊNCIAS

AMADO, Frederico. **Curso de direito e processo previdenciário**. 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2014, p. 209.

AMADO, Frederico. **Direito previdenciário**: coleção sinopses para concursos. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

BASTOS, Lucilia Isabel Candini. Anotações sobre as características e especificidades dos segmentos da seguridade social no Brasil: saúde, assistência e previdência Social. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2678, out. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/17737>>. Acesso em 13 mar. 2018.

BRAGANÇA, Kerlly Huback. **Manual de Direito previdenciário**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999**. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3048compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048compilado.htm). Acesso em 13 mar. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. **Tipos de filiação**. Disponível em <<http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/informacoes-gerais/tipos-filiacao/>>. Acesso em 25 de set. de 2017.

BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. **Pensão por morte**. Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/beneficios/pensao-por-morte/>>. Acesso em 13 mar. 2018.

BRASIL. **Instrução Normativa INSS/PRES n. 45, de 6 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a administração de informações dos segurados, o reconhecimento, a manutenção e a revisão de direitos dos beneficiários da Previdência Social e disciplina o processo administrativo previdenciário no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Disponível em: <[http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/38/inss-pres/2010/45\\_1.htm](http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/38/inss-pres/2010/45_1.htm)>. Acesso em 12 mar. 2018.

BRASIL. **Instrução Normativa INSS n. 77, de 21 de janeiro de 2015**. Estabelece rotinas para agilizar e uniformizar o reconhecimento de direitos dos segurados e beneficiários da Previdência Social, com observância dos princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/38/inss-pres/2015/77.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BRASIL. **Lei Complementar n. 150, de 1º de junho de 2015.** Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis no 8.212, de 24 de julho de 1991, no 8.213, de 24 de julho de 1991, e no 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei no 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei no 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei no 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm)>. Acesso em: 24 mar. 2018.

BRASIL. **Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8212cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BRASIL. **Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BRASIL. **Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm)> Acesso em: 13 mar. 2018.

BRASIL. **Portaria MPS n. 402, de 10 de dezembro de 2008.** Disponível em: <[http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/66/MPS/2008/402\\_1.htm](http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/66/MPS/2008/402_1.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BRASIL. **Secretaria de Previdência: regime próprio de previdência – perguntas e respostas.** Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/perguntas-frequentes/regime-proprio-de-previdencia-perguntas-e-respostas/>>. Acesso em 13 mar. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento. **AgRg no Ag 683975 RS 2005/0090735-7.** Terceira Turma. Agravante: C.C. Agravado: O.S.G. e Outro. Relator(a): Min. Vasco Della Giustina (Desembargador convocado do TJ/RS). Brasília, 18 de agosto de 2009. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6060691/agravo-regimental-no-agravo-de-instrumento-agrg-no-ag-683975-rs-2005-0090735-7-stj/relatorio-e-voto-12192213>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento. **AgRg no Ag 1424071 RO 2011/0166255-6.** Primeira Turma. Agravante: Maria do Socorro Ximenes Aires e Outros. Agravado: União Federal. Relator(a): Min. Arnaldo Esteves Lima. Brasília, 21 de agosto de 2012. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22338771/agravo-regimental-no-agravo-de-instrumento-agrg-no-ag-1424071-ro-2011-0166255-6-stj/inteiro-teor-22338772?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 14 mar. 2018

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial. **AgRg no REsp 1267832 RS 2011/0172703-6**. Quinta Turma. Agravante: Soeli Luiza Wazlavick. Agravado: INSS. Relator(a): Min. Jorge Mussi. Brasília, 13 de dezembro de 2011. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21285815/agravo-regimental-no-recurso-especial-agrg-no-resp-1267832-rs-2011-0172703-6-stj?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. **REsp 232893 PR 1999/0088085-4**. Quinta Turma. Recorrente: INSS. Recorrido: Maria Aparecida Barreto Gomes. Relator(a): Min. Jorge Scartezzini. Brasília, 23 de maio de 2000. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8204933/recurso-especial-resp-232893-pr-1999-0088085-4?ref=juris-tabs>> Acesso em: 13 mar. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. **REsp 1353931 RS 2011/0264516-0**. Segunda Turma. Recorrente: Leandro Zuffo Gadea. Recorrido: Universidade Federal de Santa Maria. Relator(a): Min. Eliana Calmon. Brasília, 19 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24209327/recurso-especial-resp-1353931-rs-2011-0264516-0-stj/relatorio-e-voto-24209329?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. **REsp 1353931/RS**. Segunda Turma. Recorrente: Leandro Zuffo Gadea. Recorrido: Universidade Federal de Santa Maria. Relator(a): Min. Eliana Calmon. Rio Grande do Sul, 19 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24209327/recurso-especial-resp-1353931-rs-2011-0264516-0-stj/relatorio-e-voto-24209329?ref=juris-tabs>> Acesso em: 13 mar. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário. **RE 397.762/BA**. Primeira Turma. Recorrente: Estado da Bahia. Recorrido: Joana da Paixão Luz. Relator(a): Min. Marco Aurélio. Brasília, 03 de junho de 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=547259>>. Acesso em: 14 mar. 2018

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário. **RE 669.465/ES**. Plenário. Recorrente: INSS. Recorrido: Shirley Maria da Penha Bussular. Relator(a): Min. Luiz Fux. Brasília, 08 de março de 2012. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/311629361/repercussao-geral-no-recurso-extraordinario-rg-re-669465-es-espirito-santo/inteiro-teor-311629371?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 14 mar. 2018

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Apelação Cível. **AC 20140910649**. Terceira Câmara de Direito Público. Apelante: N. M. W. da S. Apelado: Dalva da Silva Campos e Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV). Relator(a): Desembargador Júlio César Knoll. Florianópolis, 15 de março de 2016.

Disponível em: <<https://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/322150678/apelacao-civel-ac-20140910649-mafra-2014091064-9>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Apelação Cível. **AC 0035711-40.2006.4.01.3800**. Segunda Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais. Apelante: Márcia Aparecida Ferreira. Apelado: Marta Guelman e INSS. Relator(a): Juiz Federal Grigório Carlos dos Santos (Relator convocado). Minas Gerais, 28 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://trf1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/439905192/apelacao-civel-ac-357114020064013800-0035711-4020064013800/relatorio-e-voto-439905206?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Apelação Cível. **AC 0012453-51.2016.4.01.9199**. Segunda Turma. Apelante: Albenice Andrade Silva Apelado: Alaercia Andrade de Siqueira e INSS. Relator(a): Desembargador Federal João Luiz de Sousa. Goiânia, 28 de junho de 2017. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/juris/trf1/RespostaTRF1>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Apelação Cível. **AC 1047 RS 2008.71.13.001047-1**. Sexta Turma. Apelante: Iolanda Vivan Scalco. Apelado: INSS. Relator(a): Desembargador Federal Celso Kipper. Rio Grande do Sul, 16 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<https://trf4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18604912/apelacao-civel-ac-1047-rs-20087113001047-1-trf4?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 13 mar. 2018.  
1 BRASIL. Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm)> Acesso em: 13 mar. 2018.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Apelação Cível. **AC 5047881-16.2017.4.04.9999**. Sexta Turma. Apelante: Maria Terezinha Heck. Apelado: INSS e Teresinha Oppermann. Relator(a): Desembargador Federal Artur César de Souza. Rio Grande do Sul, 06 de dezembro de 2017. Disponível em: <[https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/resultado\\_pesquisa.php](https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/resultado_pesquisa.php)>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Apelação – reexame necessário. **APELREEX 50259234820114047100/RS**. Sexta Turma. Apelante: INSS. Apelado: Rosa Beatriz Ivo Rodrigues. Relator(a): Desembargadora Federal Vânia Hack de Almeida. Rio Grande do Sul, 28 de setembro de 2016. Disponível em: <https://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/394683795/apelacao-reexame-necessario-apelreex-50259234820114047100-rs-5025923-4820114047100?ref=juris-tabs>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BRASIL. Turma Nacional de Uniformização. Pedido de uniformização de interpretação de lei federal. **PEDILEF 200738007369820/MG**. Requerente: Neir de Sant'Ana. Requerido: INSS. Relator(a): Juiz Federal José Antônio Savaris. Minas Gerais, 05 de maio de 2011. Disponível em:

<<https://tnu.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/20094310/pedido-de-uniformizacao-de-interpretacao-de-lei-federal-pedilef-200738007369820-mg>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CORREIA, Érica Paula Barcha; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. **Curso de direito da seguridade social**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, Eduardo Rocha. **Curso de direito previdenciário**. 1. ed. São Paulo: Método, 2008.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

FOLMANN, Melissa; SOARES, João Marcelino. **Pensão por morte de acordo com a Lei n. 13.135/15**. São Paulo: LTr, 2015.

GOES, Hugo. **Manual de direito previdenciário: teoria e questões**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2014.

GONÇALES, Odonel Urbano. **Manual de direito previdenciário**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 17. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

LEITÃO, André Studart; MEIRINHO, Augusto Grieco Sant'Anna. **Manual de direito previdenciário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

LÔBO, Paulo. **Direito civil: família**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de direito de família**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2017.

MARTINS, Bruno Sá Freire. **A pensão por morte**. São Paulo: LTr, 2012, p. 41.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NADER, Paulo. **Curso de direito civil: direito de família**. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 3. v. 5.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Dicionário de direito de família e sucessões**. São Paulo: Saraiva, 2015.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário**: regime geral de previdência social e regras constitucionais dos regimes próprios de previdência social. 13. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

VIEIRA, Carlos Alberto. **Os dependentes e os principais aspectos na concessão dos benefícios previdenciários**. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=6196](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6196)>. Acesso em 19 nov. 2017.

VIEIRA, Marco André Ramos. **Manual de direito previdenciário**. 5. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2005.